

REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

Publicação do Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal Rural de Pernambuco

EX SEMINE SEGES

Ano III, volume I, número 4. – Jan – Jun, 2014

ISSN Eletrônico:2446-6662

ISSN:2316-977X



UFRPE

C122 Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE / Departamento de Ciências Sociais da UFRPE – a. III, v. I, n. 4 (jan - jul. 2014)- Recife: EDUFRPE, 2016.
81 p.: il.

ISSN: 2316-977X
ISSN Eletrônico: 2446-6662

1. Ciências sociais - Periódicos

CDD 300

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO****Reitora:**

Professora Dr^a. Maria José de Sena

Vice-reitor:

Professor Dr. Marcelo Brito Carneiro Leão

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação — PREG

Professora Dra. Maria Angela Vasconcelos de Almeida

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação — PRPPG

Professor Maria Madalena Pessoa Guerra

Pró-Reitoria de Atividades de Extensão — PRAE

Professor Dr. Delson Laranjeira

Pró-Reitoria de Administração — PROAD

Professor Dr Moacyr Cunha Filho

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil — Progest

Professor Dr Severino Mendes de Azevedo Júnior

Pró-Reitoria de Planejamento — Proplan

Professor Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia Filho

Departamento de Ciências Sociais (DECISO)

Diretora Professora Dra. Rosa Maria de Aquino

**COMISSÃO EDITORIAL DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFRPE**

Dr. Fernando Joaquim Ferreira Maia, Dra. Giuseppa Maria Daniel Spenillo, Dr. Juarez Caesar Malta Sobreira, Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva

**REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS
COMISSÃO DE PARECERISTAS**

Dr^a. Maria de Nazaret Wanderley Baudel (UFPE), Dr^a. Silke Weber (UFPE), Dr. Cristiano Welington Ramalho (UFRPE), Dr^a Selene Herculano (UFF), Dr. José Nunes da Silva (UFRPE), Dr. José Maria de Jesus Izquierdo Villota (UFCEG), Dr. José Sergio Leite Lopes (Museu Nacional/

UFRJ), Dr. Michel Zaidan (UFPE), Dr^a. Maria Lúcia de Macedo Cardoso (FIOCRUZ/RJ), Dr. *Francisco Mesquita de Oliveira (UFPI)*, Dr. *André Gustavo Ferreira da Silva (UFPE)*, Dr^a. Maria da Conceição M. Cardoso van Oosterhout (UFCEG), Dr. *Amurabi Pereira de Oliveira (UFRGS)*, Dr. César H. Maranhão (UFRJ), Dr. José Glebson Vieira (UFRN), Dr. *Marcelo Alarico Ennes (UFS)*, Dr. Emílio de Britto Negreiros (UFPE), Dr. Gonzalo Adrian Rojas (UFCEG), Dr^a. Vilma Soares de Lima Barbosa (UFCEG), Dr. José Luciano Lima Barbosa (UEPB), Dr. Edson Hely Silva (CAP/UFPE), Dr. Pedro Castelo Branco Silveira (FUNDAJ), Msc. Walber S. Batista (UFRPE), Dr^a. Maria de Assunção Lima de Paulo (UFCEG), Dr. Claudio Moraes de Souza, Dr. Marcos André de Barros (UFRPE), Fabio Bezerra de Andrade (UFRPE), Dr^a Rosa Maria de Aquino (UFRPE).

EDITOR

Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva – UFRPE

ASSESSORIA TÉCNICA

Diagramação: Felipe Souza Melo

Capa: Thiago de Souza Cabral

INDEXADORES

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE está indexada as seguintes bases:

Sumários de Revistas Brasileiras (Sumários.org)

Latindex (<http://www.latindex.unam.mx/index.html>)

Periódicos Capes (www.periodicos.capes.gov.br)

Publicação semestral/Biannual publication – Tiragem:300 exemplares

Solicita-se permuta/Exchange desired

ÍNDICE

EDITORIAL

7

REASSENTAMENTOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO:
CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONTINUIDADE DO
ESTIGMA DE FAVELA EM UM CONJUNTO HABITACIONAL

9

Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro
Felipe Berocan Veiga

A POLÍTICA BRASILEIRA NO REGIME MILITAR:
MEMÓRIA, REDENÇÃO E LITERATURA SOBRE
OS ANOS 1964-1985

28

Emanuelle Kopanyshyn

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA
NOS ANOS INICIAIS

58

Amanda Souza Ribeiro
Cristina Satiê Pátaro
Frank Antonio Mezzomo

DIREITO DAS MINORIAS E OS MÚLTIPLOS
OLHARES JURÍDICOS E SOCIAIS

65

Eumar Evangelista de Menezes Júnior
Edson de Sousa Brito
Maria Helena Borges de Souza

ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO
NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS
SOCIAIS DA UFRPE

79

EDITORIAL

A manutenção de uma revista acadêmica mobiliza vários atores e atrizes, seja em seu processo de construção, ou na divulgação da mesma. Isto significa que manter ativa uma publicação requer os esforços de muitas mãos, desde as contribuições de autores e autoras, de pareceristas e editores, e até do próprio público leitor que possibilita a continuidade e a razão de ser deste trabalho.

A Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE chega ao seu quarto número reconhecendo, portanto, os múltiplos esforços que fazem com que a mesma chegue até aqui. Neste sentido, reunimos aqui quatro trabalhos de diferentes regiões do país que tratam de problemas específicos das Ciências Sociais e de áreas afins ao tematizarem formas de reassentamentos urbanos no Rio de Janeiro, a política brasileira no regime militar, o ensino de História nos anos iniciais e o olhar jurídico sobre o direito das minorias.

Assim, em reassentamentos urbanos no Rio de Janeiro: considerações sobre a continuidade do estigma de favela em um conjunto habitacional, *Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro* e *Felipe Berocan Veiga* destacam que o estigma construindo em torno do reassentado não está presente apenas no senso comum da população dos diversos estratos da sociedade, mas também na própria estrutura de atuação do poder público.

Emanuelle Kopanyshyn redigiu A política brasileira no regime militar: memória, redenção e literatura sobre os anos 1964-1985 e faz uma análise de alguns dos principais autores da literatura que tem como tema a ditadura militar no Brasil, contextualizando seus objetos, argumentos e contribuição acadêmica.

No texto intitulado Reflexões sobre o ensino de história nos anos iniciais, *Amanda Souza Ribeiro*, *Cristina Satiê Pátaroe* e *Frank Antonio Mezzomo* buscam questionar as práticas tradicionais do ensino de História, analisando as contribuições que o movimento da Nova História trouxe para o ensino da disciplina e a formação de professores.

Finalmente, *Eumar Evangelista de Menezes Júnior*, *Edson de Sousa Brito* e *Ma-*

ria Helena Borges de Souza, abordam as especificidades relativas ao Direito das Minorias, a partir dos múltiplos olhares jurídicos.

Que com estes trabalhos possamos aperfeiçoar, ainda mais, as futuras publicações que a revista fará, sendo um veículo de difusão de experiências de práticas de pesquisa e oportunidade de diálogo entre diversas áreas de conhecimento.

REASSENTAMENTOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONTINUIDADE DO ESTIGMA DE FAVELA EM UM CONJUNTO HABITACIONAL

Rodrigo Lopes Cavalcanti Ribeiro¹

Felipe Berocan Veiga²

“Me tiraram do meu morro
me tiraram do meu cômodo
me tiraram do meu ar
me botaram neste quarto
multiplicado por mil
quartos de casas iguais”.

(Carlos Drummond de Andrade,
Favelário Nacional)

RESUMO

A nova política urbana na cidade do Rio de Janeiro possui a pauta de remoção de favelas como um dos seus eixos, sendo consideradas “áreas de risco” ou como “área de interesse público” para as olimpíadas. O reassentamento desses moradores é feito nos conjuntos habitacionais construídos pelo *Programa Minha Casa Minha Vida*, reproduzindo um modo de habitar condominial distinto, na maioria dos casos, das favelas. A presente pesquisa etnográfica desenvolve-se em conjuntos habitacionais recém construídos, destinados a receber os reassentados da

1 Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense - PPGS-UFF, bolsista da CAPES, pesquisador do Laboratório de Etnografia Metropolitana – LeMetro/IFCS-UFRJ e professor do CEFET-RJ. O autor agradece os recursos obtidos junto à CAPES para a realização de sua pesquisa acadêmica de caráter etnográfico.

2 Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense - PPGA-UFF, pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ e professor do PPGS-UFF e do Departamento de Antropologia – GAP/ICHF-UFF. O autor agradece os recursos obtidos na FAPERJ para suas pesquisas nos campos da Antropologia e da Sociologia Urbana.

atual política de reordenamento espacial da cidade. Os objetivos principais são: 1) analisar o processo de adaptação dos moradores nesse novo modo de habitar a cidade; 2) verificar a continuidade do “estigma de favela” que persegue os moradores, apesar da mudança territorial e habitacional. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se que o estigma não está presente apenas no senso comum da população dos diversos estratos da sociedade, mas também na própria estrutura de atuação do poder público.

Palavras-Chave: Favelas; Reassentamentos Urbanos; Conjuntos Habitacionais; Estigma.

URBAN RESETTLEMENTS IN RIO DE JANEIRO: COMMENTS ON THE CONTINUITY OF THE SLUM STIGMA IN A HOUSING COMPLEX

ABSTRACT

The new urban policies in Rio de Janeiro has the removal of slum areas as one of its goals, labeling these areas as risky or of public interest, due to Olympic Games. The resettlement of these neighborhoods takes them to the housing complexes of the federal program *Minha Casa, Minha Vida*, creating a model of living distinct from the slum areas'. The present ethnographic research takes place in recently built housing complexes destined to receive the population of the removed neighborhoods. The main objectives are 1) analyze the adaptation process of the population in this new housing model 2) verify the continuity of the stigma associated with the slum areas that remains attached to people who came from there, despite the move. Among the many results, it is remarkable that the stigma is not only in the common sense of the many social strata, but also in the structure of the public policies.

Keywords: Slum Areas; Urban Resettlements; Housing Complexes; Stigma.

Introdução

O presente artigo faz parte de uma pesquisa acadêmica, em andamento, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF) e do Laboratório de Etnografia Metropolitana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LeMetro-IFCS/UFRJ). Trata-se de um estudo que tem como objeto dois novos conjuntos habitacionais do *Programa Minha Casa Minha Vida* (MCMV) do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: o Bairro Carioca (Triagem) e o Conjunto Frei Caneca (Estácio). Tal política pública, que possui a meta de diminuir o *déficit* habitacional em todo o território nacional, vem sendo utilizada, no entanto, como programa de reassentamento de moradores de favelas cariocas, consideradas pelo poder público municipal como “áreas de risco”, ou ainda que estão alocados em áreas de interesse da Prefeitura para a execução de obras públicas, sobretudo no momento em que a cidade vive a conjuntura de preparativos para as Olimpíadas.

Atualmente, a cidade do Rio de Janeiro é palco de diversos projetos visando à preparação dos Jogos Olímpicos de 2016 e foi também uma das sedes principais da Copa do Mundo de 2014. Em grande medida, os projetos estão incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sobretudo no que diz respeito à mobilidade urbana e à chamada “urbanização de assentamentos precários”. Em vista do pretenso “legado dos grandes eventos”, houve uma aceleração no ritmo de determinadas obras, o que serviu de justificativa para várias atuações do poder público municipal em áreas de favelas. As mesmas incluem não apenas instalações esportivas, mas também infraestrutura no campo da mobilidade urbana (expansão do metrô, construção de corredores de ônibus - BRTs, obras viárias de acesso à área urbana, etc.) e projetos de reestruturação de um modo geral. Todas essas transformações vêm promovendo um grande deslocamento populacional por parte do poder público, promovendo remoções e reassentamentos de moradores em áreas de especial interesse, diretamente relacionadas com o acelerado processo de gentrificação em algumas regiões da cidade, diante da especulação imobiliária e do súbito aumento do custo de vida.

A maioria das remoções está localizada em áreas de recente valorização imobiliária da cidade. Os investimentos públicos realizados em transporte privilegiaram esses mesmos espaços, multiplicando as oportunidades de outros inves-

timentos e de retorno financeiro na produção habitacional para classes média e alta e na produção de imóveis comerciais. Quanto às construções destinadas aos atletas e aos equipamentos esportivos – vila dos atletas no Riocentro e Parque Olímpico – serão transformados, após a realização dos jogos, em empreendimentos residenciais de luxo, comercializados pelas empreiteiras “parceiras” dos governos municipal e estadual.

Já os conjuntos habitacionais produzidos pelo MCMV (Faixa 1 - destinada às famílias com rendimentos de até três salários mínimos)³ para atender à população removida, não estão localizados, em sua grande maioria, nas áreas beneficiadas com investimentos para a Copa e as Olimpíadas, mas nas áreas periféricas da cidade, as quais possuem baixa cobertura dos serviços públicos e da infraestrutura urbana. Cabe destacar que, em muitos casos, um contingente enorme de pessoas reassentadas se defronta, em seus novos locais de moradia, com a ausência ou precarização dos serviços públicos.

A pesquisa empírica que serviu de base para a elaboração deste artigo se fundamenta na experiência etnográfica, a partir do diálogo frutífero e da convivência com os moradores reassentados nos conjuntos habitacionais. A análise parte da investigação do processo de adaptação desses moradores em novos espaços: a saída das favelas, a negociação com o poder público e a realocação nos conjuntos habitacionais⁴. Nesse sentido, também foi levada em consideração as perspectiva de técnicos e representantes do poder público que estão implantando esse novo projeto de reordenamento espacial na cidade. Desse modo, é possível observar como o “estigma de favela”, encarnado em seus antigos moradores, possui nuances e formas de expressão diversas, no senso comum ou até mesmo em represen-

3 Em primeiro de janeiro de 2016, com salário mínimo valendo R\$ 880,00, a faixa 1 do programa correspondia a rendimentos até R\$ 2.640,00, equivalente, na mesma data, a U\$670,05.

4 Em sua pesquisa sobre as obras do PAC no Morro do Alemão, Wellington da Silva Conceição (2013), pesquisador do LeMetro/IFCS-UFRJ e do PPCIS-UERJ, utilizou o conceito de *condomínios populares* para novos conjuntos habitacionais semelhantes aos observados nesta pesquisa. Em contexto diverso, Maíra Machado-Martins (2008), pesquisadora do mesmo grupo e professora da PUC-RJ, analisou como *condomínios populares* as ocupações de esqueletos de fábricas ao longo da Avenida Brasil, com suas formas peculiares de organização e de gestão do espaço compartilhado.

tantes de setores do Estado.

I. Das favelas para o conjunto habitacional

O “Bairro Carioca”, grande conjunto habitacional localizado em antigo terreno de 120.000 m², pertencente à Light Serviços de Eletricidade S/A⁵ em Triagem⁶, vem se constituindo, nos últimos quatro anos, como lugar central para a execução dos projetos de reassentamentos urbanos realizados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em 2011, virou referência no marketing político por ser o mais ambicioso projeto habitacional do governo Eduardo Paes (2009-2016), destinado a moradores removidos de favelas, oriundos de “áreas de risco” e de localidades impactadas por obras da Prefeitura às vésperas da realização dos Jogos Olímpicos de 2016. De acordo com o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2014), em torno de 4.772 famílias foram removidas, totalizando cerca de 16.700 pessoas vindas de 29 locais mapeados. Desse total, 3.507 famílias, ou seja, 12.275 pessoas de 24 locais, foram removidas por obras e projetos ligados aos megaeventos esportivos. Outras 4.916 famílias de 16 lugares ainda estão sob a ameaça de remoção. Um dos casos mais emblemáticos de resistência e mobilização popular contra essa política de extração autoritária é a Vila Autódromo, em Jacarepaguá, localizada ao lado das obras do futuro Parque Olímpico (FREIRE, 2013).

5 A “Cidade Light”, como era chamada, foi inaugurada no local em 1930. Como a Light era a empresa que tinha a concessão dos principais serviços públicos urbanos – de transporte, de gás encanado, de telefonia e eletricidade –, resolveu-se concentrar em um único lugar toda a fabricação e conservação do material necessário para a manutenção desses serviços. Tais informações estão disponíveis ao público no Museu Light da Energia, situado na Avenida Marechal Floriano, 168 – Centro, Rio de Janeiro.

6 Triagem é uma estação de metrô da Linha 2 e um bairro não-oficial do Rio de Janeiro, na Zona Norte da cidade. O local recebeu esse nome durante o período ditatorial do Estado Novo na Era Vargas, quando instituições militares ali situadas recebiam prisioneiros para uma “triagem”, destinando os presos políticos para centros de detenção específicos. Segundo a delimitação oficial (Decreto n. 3.158, de 23/Jul/1981 e Lei Complementar nº 17, de 29/Jul/1992), a estação de metrô Triagem fica no limite dos bairros de Benfica (onde se situa) e Rocha, que pertencem, respectivamente, às Regiões Administrativas VII - São Cristóvão e XIII - Méier.

Uma parcela dos moradores removidos foi reassentada no novo conjunto “Bairro Carioca”. Esse complexo habitacional está localizado há quinze minutos em transporte público do centro da cidade, ao lado de uma estação de metrô e de um importante ramal ferroviário. O lugar ainda possui uma significativa oferta de linhas de ônibus para diferentes regiões da cidade. O conjunto rapidamente erguido com placas pré-moldadas de concreto é composto por 2.240 unidades habitacionais, divididas em 120 prédios e distribuídas por 11 condomínios padronizados e vizinhos. Em torno de três mil famílias residem no local.

Como serviços e atrativos desse novo “bairro” resultante do planejamento oficial, a prefeitura construiu uma escola municipal, uma clínica da família, uma praça com um centro de inclusão digital, um ginásio poliesportivo equipado, uma academia de ginástica, um espaço para a construção de um mercado popular, praças e áreas de lazer entre os blocos. Além disso, o Bairro Carioca dispõe de espaços para depósito de lixo, saneamento, rede de esgoto, água encanada, gás encanado e iluminação pública. Como pontos notáveis da publicidade oficial estão a localização, a facilidade de acesso e a oferta de equipamentos públicos.

A primeira visita ao Bairro Carioca aconteceu em março de 2014, com o propósito de iniciar a pesquisa etnográfica sobre a nova localidade e o processo de “mudança social dirigida” em curso (VOGEL & MELLO, 1989), evidenciando a tensão entre a aderência e a resistência às mudanças por parte dos novos habitantes. Ao entrarmos nas instalações do conjunto habitacional, conhecemos Sr. o primeiro morador a chegar ao empreendimento e, naquele momento, esse se tornou um dos interlocutores qualificados na etnografia do conjunto.

Nosso anfitrião chegou ao Bairro Carioca em agosto de 2012, após morar por 40 anos no morro do Salgueiro, na Grande Tijuca. Casado e pai de onze filhos, se tornou um dos expoentes do início de nossa pesquisa de campo como “personalidade pública vocacional” do lugar (JACOBS, 2000), fundamental no acolhimento dos novos moradores. Sua antiga casa no morro do Salgueiro foi condenada pela GEO-Rio⁷ por situar-se em “área de risco”. Após sair de sua

7 A Fundação Instituto de Geotécnica – Geo-Rio – é o órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pelo monitoramento e contenção de encostas e pela definição das localidades que são consideradas “áreas de risco”.

residência, passou a receber o aluguel social⁸, até ser beneficiado por um apartamento no Bairro Carioca. Ao descrever sua experiência, disse que, ao chegar no conjunto habitacional, pôde escolher o apartamento no Lote 1, apesar de, na ocasião, a Direcional Engenharia⁹ ainda estivesse fazendo obras por todo espaço. O interlocutor nos mostrou que havia três lotes para serem inaugurados e que, na época, “ainda tinha muita gente para chegar”.

Durante essa primeira ida a campo, o síndico de um dos condomínios informou que estava prevista a entrega das últimas 740 unidades habitacionais às pessoas oriundas de favelas que ainda não tinham recebido o benefício pela prefeitura. Esse dado construiu um roteiro de novas visitas ao campo, uma vez que comporia uma excelente oportunidade para presenciar a chegada de uma parte considerável dos moradores ao novo conjunto.

A entrega simbólica das chaves em palanque, em meio a aplausos e discursos políticos, ocorreu em uma manhã de sábado, no dia 17 de maio de 2014, com a presença do prefeito Eduardo Paes e de diversas autoridades municipais. As famílias que receberam as novas residências eram oriundas das seguintes favelas: Vitória de Mangueiros, Varginha, Mandela de Pedra (Mangueiros), Bananal (Tijuca), Chupa-Cabra (Jacaré), Morro de São João (Engenho Novo) e também dos complexos do Alemão e da Penha.

O que chamou a atenção, naquele momento, foi a origem diversificada daquela população, em uma nova *diáspora urbana forçada* que, de certo modo, atualizava as grandes remoções praticadas no Rio de Janeiro entre as décadas de 1950 e 1970,¹⁰ como uma nova política de reassentamentos no município. Trata-se

8 Benefício assistencial temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, destinado a atender às necessidades advindas da remoção de famílias residentes em áreas de risco ou desabrigadas por enchentes e outras calamidades. Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686> (Acessado em 21/05/2015)

9 Construtora imobiliária sediada em Belo Horizonte, com atuação no mercado em 12 Estados brasileiros, responsável pela execução das obras nas unidades habitacionais do Bairro Carioca.

10 A expressão *diáspora urbana forçada* foi utilizada por Marco Antonio da Silva Mello e Soraya Silveira Simões para referirem-se às políticas urbanas praticadas nos governos Carlos Lacerda (1960-1965), Negrão de Lima (1965-1971) e Chagas Freitas (1971-1975) à frente do antigo Estado da Guanabara. Calcula-se que, nesse período, 80 favelas foram erradicadas e

-se de um movimento de grandes contingentes populacionais dentro da cidade, derivado da política de reordenamento do solo urbano, no qual se reassentam compulsoriamente moradores de origens distintas em um mesmo espaço planejado, determinando a reconstrução das redes sociais e, a médio e longo prazo, artificialmente produzindo um sentimento de pertencimento comum ao novo conjunto. Os aspectos plurais dos arranjos de vida são resumidos em um único espaço territorial, levando à fragmentação das redes sociais em face das ações remocionistas.

2. Muda-se o lugar, permanece o estigma

O processo de reassentamento de moradores que residem em lugares ou de “interesse público” ou das chamadas “áreas de risco” em favelas, geralmente, vem acompanhado de um discurso oficial de melhorias na qualidade de vida em um novo espaço urbano. Ao sairmos dos muros do conjunto habitacional e conversando com a população de Triagem e dos bairros tradicionais de Rocha e Benfica, é possível observar uma estigmatização por parte dos moradores locais mais antigos com os novos habitantes que estavam chegando.

No jogo das fofocas depreciativas (*blame gossip*) e estereótipos recíprocos envolvendo estabelecidos e *outsiders* recém-chegados (ELIAS & SCOTSON, 2000), impressionou em um determinado momento da visita ao campo, onde, em uma padaria próxima ao conjunto, foi escutado um dos atendentes dizer que “aumentaria a violência no local”, já que a prefeitura estava “colocando milhares de favelados juntos dentro do mesmo bairro”. Ao analisarem a transferência de uma fábrica e de seus operários para um pequeno distrito estabelecido nos arredores de Leicester, na Inglaterra, Norbert Elias e John L. Scotson (2000, p.125) observaram que “as fofocas de modo algum tinham apenas a função de apoiar as pessoas aprovadas pela opinião dominante e consolidar as relações entre os moradores. Tinham também a função de excluir pessoas e cortar relações”, tornando-se, assim, “um instrumento de rejeição de extrema eficácia”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p.125)

Em 1963, Erving Goffman (2008) desenvolveu o conceito sociológico de estigma a partir do estudo das interações face a face que um ator estabelece com

140 mil moradores foram removidos para as periferias da cidade (MELLO & SIMÕES, 2014).

o outro, quando, inconscientemente, faz exigências prévias de que esse possua determinados atributos que preencham e se encaixem nas expectativas sociais. Nos casos de inadequação, em que o indivíduo portador de um ou mais atributos depreciativos possui características diferentes das que haviam sido previstas, o mesmo passa a ser, portanto, estigmatizado. No quadro das experiências cotidianas, o autor sugere que se considerem as identidades deterioradas e os comportamentos desviantes, definidos a partir de um conjunto de normas construídas e aceitas socialmente. O desvio representa o não cumprimento de tais normas e expectativas sociais. Uma condição necessária para a vida em sociedade é que todos os participantes compartilhem de um único conjunto de expectativas normativas, uma vez que as normas são sustentadas porque foram, em parte, socialmente incorporadas. Segundo o autor, “quando as regras são quebradas surgem, de imediato, medidas restauradoras adotadas pelos agentes de controle” (GOFFMAN, 2008, p.56).

Tal cumprimento ou não das normas sociais está intimamente relacionado à formação das identidades individuais, o que depende não só da vontade de cada um, pois muitas vezes sua própria condição inferiorizada o impede. No caso da sociedade norte-americana analisada pelo autor, estabeleceu-se uma norma comum, um modelo ideal de *status* para o homem branco, jovem, casado, pai de família, urbano, protestante, com educação universitária, “bem empregado”, com “boa aparência física”, enquanto “aqueles que não possuem um desses requisitos podem se sentir incompletos, inferiores” (*idem, ibidem*:109). Pessoas visivelmente estigmatizadas são, certamente, as mais afetadas na construção e na expressão pública de sua identidade.

Para Goffman (2008), a pessoa desviante deveria ser denominada de “desviante normal”, pois é inerente a todas as sociedades a existência de normas sociais e o fato de que nunca são totalmente cumpridas. Normas, portanto, existem para serem quebradas. O “normal” e o “estigmatizado” integram, nesse jogo de papéis sociais, um mesmo complexo. As pessoas vivem, constantemente, ambas as situações conforme a situação, estando mesmo equipadas para isso, desenvolvendo diferentes táticas para evitar situações de embaraço. Essas duas representações se interpenetram na vida social, tendo cada indivíduo vivenciado, em algum momento da sua vida, um desses dois papéis ao menos uma vez. Assim, o autor propõe que os “normais” e os “estigmatizados” não sejam percebidos como

um conjunto de indivíduos, mas como perspectivas relacionais, geradas nas situações sociais interativas a partir de normas e expectativas não cumpridas. E como o que está em pauta é a interação de papéis sociais e não de pessoas concretas, pode acontecer de uma pessoa ser estigmatizada por um determinado olhar e não ser por outra pessoa ou grupo. O autor aponta, ainda, para a função social do processo da estigmatização, fortalecendo a lógica da sociedade, ativando formas de controle social e diminuindo a competitividade.

A favela carioca, desde sua origem, possui tanto romantizações e idealizações (na música popular, na pintura, na literatura) quanto estigmas e preconceitos (no discurso político, nos jornais, no senso comum) a ela associados. Mais do que isso, os estigmas são essenciais na construção do próprio conceito de favela, associados de forma inexorável ao lugar e a seus habitantes. Em seu quadro de representações negativas, expressas, por exemplo, na legislação municipal carioca desde o Código de Obras de 1937 (GONÇALVES, 2013), a favela é a própria encarnação urbana do estigma, da precariedade e do atraso, pois aponta para uma área urbana marcada por sinais exteriores do que não deveria haver numa cidade que se pretende “moderna” e “civilizada”. É definida, *a priori*, pela ausência: sem água, sem luz, sem serviços públicos, sem propriedade legal, sem higiene, sem segurança, sem estética, sem governo, sem modos. Mesmo saindo da favela e indo para os conjuntos habitacionais, as marcas sociais de origem permanecem, recaindo moralmente sobre seus ex-moradores em seus novos bairros e endereços (BRUM, 2012). O estigma, no entanto, não é uma via de mão única. Constitui-se no quadro das interações sociais partilhadas por diversos agentes, dentre eles, aqueles sobre quem o próprio estigma recai, que sofrem suas consequências no cotidiano e que manipulam, a seu modo, sua identidade deteriorada.

3. A atuação do poder público nos espaços estigmatizados

A conjuntura em 2009 foi muito propícia para o começo da aplicação das mudanças urbanísticas e o reordenamento habitacional carioca. Eduardo Paes foi eleito com amplo apoio e financiamento dos setores imobiliários, com destaque para os aportes financeiros de diversas empreiteiras: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Gafisa, dentre outras. Ao mesmo tempo, a cidade já estava fortemente inserida nas obras do PAC e no começo da experiência das Unidades

de Polícia Pacificadora (UPPs) e, para completar a conjunção de fatores favoráveis a consolidação do MCMV, o Rio de Janeiro foi eleito a próxima sede das Olimpíadas, além de se destacar como um dos principais palcos para a realização da Copa do Mundo em 2014.

A partir da exaltação do Rio como cidade dos megaeventos, o poder público local passou a usar expressões como “precisamos vender a cidade”, no sentido de melhorar a competitividade territorial e angariar “benefícios” externos para o município, aproximando a gestão pública da lógica empresarial e transformando o Rio de Janeiro em cidade-*commodity* (VAINER, 2000). Vejamos nas palavras do próprio chefe do executivo municipal:

Não podemos deixar de divulgar a cidade. Precisamos vendê-la bem. Não adianta ser bonita e não ser bem tratada. Comparo o Rio a uma modelo internacional. Precisamos dar um tratamento privilegiado aos locais turísticos, precisamos cuidar bem de locais como a Lapa, com corredores iluminados, com revitalização e ordem, sempre trabalhando em parceria, principalmente com as forças de segurança.

(Eduardo Paes, 2008, Coletiva de Imprensa. Grifo nosso.)¹¹

As palavras proferidas pelo novo Prefeito – “vender”, “revitalizar”, “ordem” e “segurança” – demonstram a prioridade no reordenamento do solo urbano e a estratégia de gentrificação¹² utilizada pelo poder público local. Na capital fluminense, assim como em diversas metrópoles do mundo ocidental, verifica-se que “a linguagem do renascimento urbano é a prova da generalização da gentrificação na paisagem urbana” (SMITH, 2006, p.61).

Em tempos de megaeventos e de configuração do Rio como metrópole global,

11 Coletiva de imprensa feita para a apresentação do novo Secretário Municipal de Turismo, Antônio Pedro Figueira de Mello. Fonte: <http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2008/11/13/ult4728u20510.jhtm> (Acessado em 16/04/2015)

12 O conceito *gentrification* foi formulado pela socióloga inglesa Ruth Glass na década de 1960. “Foi quase poética a forma como Glass contou a novidade desse novo processo do qual a nova *gentry* urbana, isto é, as famílias de classe média, tinham transformado os bairros operários”. (Smith, 2006, p.60)

a ideia de realocação de setores populares é retomada com força, visando, sobretudo, o potencial turístico da cidade, o que significa sua adequação a um novo tipo de usuário desses espaços e a um novo modo de habitar esses lugares. Os que não se adaptam a essa nova realidade e rejeitam as mudanças podem sofrer um processo estigmatizador como “não civilizados”. Observa-se, nesse sentido, que áreas populares que passaram por intervenções de obras públicas vem mudando o perfil de seus usuários e moradores locais, passando a figurar no circuito turístico da cidade, como no caso emblemático da revitalização da região portuária com o projeto “Porto Maravilha”, incluindo a demolição da Avenida Perimetral, as obras de embelezamento da Praça Mauá, a abertura ao público do Museu de Arte do Rio (MAR), a instalação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) e a construção do Museu do Amanhã.

Na ocasião da entrega das últimas unidades habitacionais em Triagem, presenciemos o prefeito do Rio, Eduardo Paes, pronunciar em seu discurso que “todo mundo que constrói sua vida quer, desde muito cedo, a sua própria casa. Estamos entregando hoje os últimos 740 apartamentos aqui no Bairro Carioca, resolvendo o problema de muita gente que não conseguia ter a segurança de dormir tranquilo em seu próprio lar¹³”. A última frase pronunciada pelo prefeito foi digna de nota, pois não conseguir “dormir tranquilo” em sua fala representava apenas as ameaças físicas, climáticas e ambientais, como as chuvas e os desmoronamentos, mas não as ameaças sociais derivadas da ação do próprio Estado, diante de seu monopólio do uso da força. Perturbações que se abatem sobre o cotidiano como, por exemplo, acordar com o barulho e com a presença das escavadeiras da Prefeitura em sua rua, ou ainda ter sua casa identificada por um número qualquer seguinte à sigla da Secretaria Municipal de Habitação – SMH, eram descartadas, na fala do representante político, do quadro de sentimentos sociais vividos pelos reassentados. Afinal de contas, uma porta de entrada, uma parede externa ou um muro que tenha sido marcado por *spray* ou por uma lata de piche, só realça, por parte do Estado, as marcas estigmatizantes das favelas, experiência de humilhação pública que é objeto de reclamações constantes por parte dos moradores dessas áreas consideradas “condenadas”, “de risco” ou “de interesse público”. Termos esses que se referem à construção de uma variada

13 <https://www.facebook.com/eduardopaesRJ/photos/a.185410574859103.45643.165276720205822/692533260813496/?type=1&theater>

retórica dos motivos (BURKE, 1950), servindo como justificativa oficial para as remoções no Rio de Janeiro.

Ao observar os dispositivos discursivos utilizados pelo prefeito em nome do governo, surgiu o interesse em compreender a perspectiva daqueles que recebem as chaves de um apartamento num ritual político como *benesses*, após terem suas casas postas abaixo em várias favelas longe dali, muitas vezes referidas como uma vizinhança problemática e indesejada pela população situada nos melhores bairros da cidade. Assim, nos colocamos na tentativa de construir uma *perspectiva genealógica*, tal como Michel Foucault (2008) nos ensina em *Microfísica do Poder*¹⁴, buscando permitir a emergência de suas falas, percepções e pontos de vista tantas vezes desconsiderados e esquecidos por representantes políticos e por seu corpo técnico-administrativo.

Também nos interessa ouvir e assinalar os discursos contraditórios dos representantes oficiais, as disputas entre concepções internas e as dissonâncias entre gestores, compreendendo que o Estado não é monolítico e acabado, mas, ao contrário, possui suas nuances, fissuras e incongruências. Em novembro de 2014, Jorge Bittar, ex-Secretário Municipal de Habitação do Rio de Janeiro (2009-2012), responsável pela implantação do Bairro Carioca como projeto político de destaque, concedeu uma entrevista para esta pesquisa. A seguir, um trecho dessa entrevista que consideramos peça-chave para nossa análise:

[Rodrigo Ribeiro] “Nesse processo dos reassentamentos, muitos moradores reclamaram que houve pouco ou nenhum diálogo com a Prefeitura, do ponto de vista da abordagem do poder público. A SMH usava até piche!...”

[Jorge Bittar] “Vamos esclarecer: isso foi objeto de críticas, mas não dos moradores, necessariamente. Teve muitas críticas de segmentos do movimento social. Eles chegam ao cúmulo de

14 Foucault (2008) explica que utilizou o conceito de *genealogia* a partir da obra de Nietzsche, configurando uma tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade. Propõe então uma genealogia dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder, que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes – sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, etc. – e como esses micropoderes, que possuem tecnologia e história específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado.

dizer que, se chegar numa determinada casa na favela e colocar um número 345, ou outra coisa qualquer [na fachada], é uma coisa nazista, mas não tem nada disso!

Eu, quando chego numa favela, tem lá um projeto de urbanização a partir de um diagnóstico da Geo-Rio, que é o órgão especializado em análises de riscos geológicos. Ele [o relatório] me diz assim, por exemplo: ‘o cocuruto desse morro é uma área de instabilidade geológica. Sob determinadas condições, como as chuvas, ele pode deslizar’, o que significa que coloca em risco todo mundo que mora ao redor daquela área. Então, eu tenho que reassentar essas famílias por uma razão objetiva e concreta. E o que a gente faz? Oferece, geralmente, a cada família no reassentamento três alternativas que estão num decreto municipal, que foi todo revisto por mim, no qual todos devem ser abordados de maneira democrática. No decreto está dito isto!

Você já viu um decreto que fala sobre método? Eu fiz questão de colocar isso. E por que? Porque numa prefeitura de composição dirigida pelo PMDB, tem gente de esquerda? Sim, como quem estava lá na nossa Secretaria, mas tem funcionário que está acostumado com as políticas do passado, eles pegavam o ‘cara’ [morador de favela] e falava ‘perdeu’, e coisa e tal! E tem até gente ligada ao prefeito [Eduardo Paes], como é o caso do Subprefeito da Barra, chamado Thiago Mohamed, que ia para cima das famílias barbarizando, na época da construção da Transoeste. Uma das razões do reassentamento é área de risco, outra são obras públicas e a terceira são famílias com habitações muito precárias, morando na beira da rua, encostado na linha do trem, morando nas ruas dentro do Mercado São Sebastião, a gente teve muitos casos assim.

(...) se a ‘Dona Maria’ mora na Mangueira e eu ofereço um imóvel em Cosmos, que fica ali entre Campo Grande e Santa Cruz, ela tem todo o direito de reclamar, inclusive isso viola a Lei Orgânica do município, que diz que o reassentamento deve se dar em áreas próximas onde o inquilino morava. A não ser que ela fale: ‘Eu quero ir pra Santa Cruz porque tenho familiares...’. Aí é uma situação voluntária, mas não usual. O usual é que ela queira estar a onde esteja morando, porque os filhos estão na escola, já tem todo uma relação comunitária”. (Entrevista com Jorge Bittar, 24/Nov/2014)

Vale destacar duas concepções vigentes na gestão municipal a partir dessa declaração. A primeira diz respeito às “tecnologias do governamental” (CHATTERJEE, 2004), diante das quais determinadas práticas crescem e se consolidam em detrimento de políticas cidadãs. O ex-secretário, quando apresenta como legítimo apenas o discurso da Geo-Rio na qualidade de órgão técnico do Estado, desconsidera o saber local e a participação dos cidadãos nos processos de decisão sobre os reassentamentos, tratando-os apenas como população a ser administrada.

A outra questão a ser pontuada se refere aos agentes do Estado, que, em seus discursos, práticas e campos de atuação, podem se mostrar contraditórios, sobretudo diante dos processos de alocação da responsabilidade. Afinal, por mais que a SMH faça parte de um programa habitacional e coordene uma ampla política de reassentamentos envolvendo a cidade como um todo, o ex-secretário deposita exclusivamente nas ações da Subprefeitura da Barra da Tijuca e Jacarepaguá os problemas gerados no processo de remoção de moradores, eximindo-se de qualquer responsabilização pelos eventuais usos do poder, da força e da violência.

Considerações Finais

A atual política habitacional do Rio de Janeiro e do Brasil se concentra na produção massiva de apartamentos pelo *Programa Minha Casa Minha Vida*, concentrados, sobretudo, na Zona Oeste da cidade, sendo o Bairro Carioca uma das raras exceções nessa geografia urbana. Essa política retoma antigas concepções na formulação das habitações de interesse social, privilegiando a construção de grandes conjuntos habitacionais. Entretanto, dessa vez, seguindo a nova lógica do modelo condominial. O resultado, até o momento, dessa política, foi o avanço na segregação territorial dos moradores de baixa renda e a aceleração do processo de reordenamento urbano que a cidade está vivendo no contexto das obras públicas com a justificativa imperiosa da realização das Olimpíadas.

A inclusão dos moradores de baixa renda no modo de habitar dos *condomínios exclusivos* (FERREIRA DOS SANTOS, 1981) traz grandes consequências como o isolamento espacial, a insegurança, a individualização e a falta de uma vida associativa que estimule a gestão em comunidade (CEFAÏ; VEIGA & MOTA, 2011). Nesse sentido, um estudo sistemático nos recém construídos conjuntos habitacionais de grandes dimensões se faz necessário. Compreender o

processo de adaptação dos moradores, seus conflitos, angústias e hierarquizações, assim como observar a atuação do poder público nessas localidades, integram nossa proposta de pesquisa empírica de caráter etnográfico, em consonância com a tradição teórico-metodológica de estudos sociológicos sobre o tema, ao longo de mais de cinco décadas, no Rio de Janeiro.

Sendo assim, vivemos em um momento frutífero de crescimento de investigações contextualizadas sobre políticas urbanas, sobretudo na atual conjuntura da metrópole carioca. Pesquisadores de arquitetura e urbanismo, sociólogos, antropólogos, assistentes sociais, historiadores, geógrafos, demógrafos, economistas, planejadores urbanos e regionais estão se debruçando para tentar compreender e interpretar o atual momento histórico e político.

Por fim, consideramos que estudos de avaliação pós-ocupação realizados em conjuntos habitacionais podem contribuir para o reconhecimento das práticas sócio-espaciais que norteiam as transformações promovidas pelos moradores no ambiente. Mais do que isso, tais estudos certamente poderão apontar para a formação de alternativas de projetos que busquem a integração plena dos moradores com a cidade, e não a reprodução de determinadas políticas estigmatizantes voltadas para um público alvo definido, reforçando assimetrias e constrangimentos sociais.

Recebido em julho de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Corpo**. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- BRUM, Mario Sergio. **Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BURKE, Kenneth. **A Rhetoric of Motives**. New York: Prentice-Hall, 1950.
- CEFAÏ, Daniel; VEIGA, Felipe Berocan; MOTA, Fábio Reis. **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa**. Niterói, Eduff, 2011, p. 9-63.
- CHATTERJEE, Partha. **Colonialismo, Modernidade e Política**. Salvador: EDUFBA, 2004.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Junho de 2014. https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf (Acessado em 10/07/2014)
- CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. “Diz-me onde moras e te direi quem és”: um estudo de hierarquia habitacional na Cidade Alta - Rio de Janeiro. In: **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v.14, n.105. Florianópolis: Ago-Dez/2013, pp. 120-138.
- ELIAS, Nobert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000 [1965].
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. Condomínios exclusivos – o que diria a respeito um arqueólogo? In: **Revista de Administração Municipal**, ano 23, n. 160. Rio de Janeiro: IBAM, Jul-Set/1981, pp. 06-29.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução brasileira de Roberto Machado. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2008 [1979].
-

FREIRE, Letícia de Luna. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. In: **O Social Em Questão** – ano XVI, nº 29. pp. 101-128.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Siciliano, 2008 [1963].

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e direito**. Rio de Janeiro: Pallas; PUC Rio, 2013.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

MACHADO, Maíra. Les copropriétés populaires à Rio de Janeiro, une nouvelle forme de cohabitation? In: CORNICK, Frédéric de & DEROUBAIX, José-Frédéric. **Ville Éphémère Ville Durable: nouveaux usages nouveaux pouvoirs**. L'oeil d'or. Université Paris-Est, 2008. pp. 193-204.

MELLO, Marco Antonio da Silva & SIMÕES, Soraya Silveira. Favela: arqueologia histórica e etnografia retrospectiva de uma categoria jurídica. Resenha do livro *Favelas do Rio de Janeiro. História e direito*, de Rafael Soares Gonçalves. In: **O Social em Questão**, Ano XVIII, nº 31. Rio de Janeiro: Dep. de Serviço Social - PUC Rio, 1º. sem.2014, pp. 255-262.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia global. In: BIDOUC-ZACHARIASEN (org.), **De volta à cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo, Annablume, 2006. pp. 60-87.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos Bernardo; MARICATO, Ermínia (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, pp.75-103.

VOGEL, Arno & MELLO, Marco Antonio da Silva. O experimento de Tobiki: reflexões sobre a didática magna da prosperidade. In: **Fórum Educacional**, n.13, vol.1/2. Rio de Janeiro: FGV, 1º./2º trim., Fev-Mai/1989, pp. 03-25.

A POLÍTICA BRASILEIRA NO REGIME MILITAR: MEMÓRIA, REDENÇÃO E LITERATURA SOBRE OS ANOS 1964-1985

Emanuelle Kopanyshyn¹

RESUMO

Há uma produção muito relevante da literatura acadêmica sobre o regime militar no Brasil (1964-1985) que compõem o debate da ciência política e parte da memória histórica que temos sobre o tema. Sob a perspectiva teórico-histórica de Walter Benjamin acerca da Redenção (*grosso modo*, uma reconciliação do passado com o presente a partir da produção historiográfica) este artigo faz uma análise de alguns dos principais autores da literatura que tem como tema a ditadura militar no Brasil, contextualizando seus objetos, argumentos e contribuição acadêmica.

Palavras-Chave: golpe de 1964; regime militar; historiografia.

1 Graduação em História na UNESP, campus de Assis. Mestrado em Ciência Política, UFScar.

ABSTRACT

There is a very important production of the academic literature about the military regime in Brazil (1964-1985) that composing the discussion of political science, and part of the historical memory that we have about the subject. With the theoretical and historical perspective of Walter Benjamin about the Redemption (a reconciliation with this from the historical production) this article analyzes some of the key authors of literature whose theme is the military dictatorship in Brazil contextualizing its objects, arguments and academic contribution.

Keywords: 1964 coup; military regim; historiography.

Introdução

A Ciência Política, ao se propor a analisar e compreender as relações de poder entre os homens, os aspectos de sua organização, representação, força e teoria, se lança sobre os acontecimentos humanos com o instrumental científico, atribuindo-lhes significados e fazendo sua contribuição para a construção da memória histórica.

Como um aspecto teórico inicial, recorreremos a Walter Benjamin, importante cientista social do início do século XX, ligado à Escola de Frankfurt, na Alemanha, quando afirmou, em suas *Teses sobre a História*, que “somente à humanidade redimida cabe ao passado sua inteireza” (1992, p.223). Seu conceito, extremamente peculiar de *Redenção* se refere a uma rememoração histórica do passado, integrado ao presente e capaz de dar significância ao futuro. Apesar da analogia religiosa, influenciada certamente pela teologia judaica, não há um deus presente na sua concepção da *Redenção* com o passado: a *Redenção* é, para Benjamin, uma tarefa atribuída inteiramente às gerações humanas. O “Messias” seria para ele a própria humanidade, personificada no esforço racional de revisitar inúmeras vezes a história até que se fique quite com os feitos dos homens, uma ciência que consiga se colocar muito além das práticas de poder dos acontecimentos vividos.

Há um período recente da história brasileira marcado pelo governo dos militares (1964-1985), cuja memória ainda viva é perscrutada em busca da compreensão dessa fase tão delicada da política brasileira. Intelectuais e atores políticos se destacaram, nesses cinquenta anos desde o Golpe Militar, com teses brilhantes sobre o período e marcaram a concepção que temos hoje sobre a ditadura, através de diferentes perspectivas, interesses pessoais e de grupos, escolhas metodológicas, enfrentando dificuldade de acesso às fontes, movidos por sede de ciência ou de justiça, por grandes comoções públicas ou delicadas revelações.

Nossa proposição é a de que grande parte dos intelectuais que se dispuseram a compreender o regime militar se projetam à *Redenção* benjaminiana, ou seja, quiseram, de alguma forma, se reconciliar com o passado, que em tantos aspectos demandam o olhar do cientista político. Tal fator, ao invés de afastá-los dos padrões científicos, poderia justamente os ter impellido ao rigor metodológico. A neutralidade científica esperada destes pesquisadores é a neutralidade axiológica, aquela em que se reconhece de que ponto se analisa o objeto e se pretende, a

partir disso, ser o mais neutro possível.

O objetivo desse texto é, portanto, analisar o debate clássico da ciência política brasileira sobre o regime militar no Brasil sob a perspectiva apresentada de Walter Benjamin da *Redenção do passado*, uma reconciliação histórica com os fatores que não tiveram compreensão e daqueles que não tiveram oportunidade, por diversas razões, para fazer sua versão ser ouvida pela história oficial. Para isso, nosso foco será na argumentação central de cada intelectual selecionado, seus objetos e perguntas de pesquisa, buscando demonstrar o que os envolve com suas temáticas e escolhas na compreensão do período. Recortes precisaram ser feitos, obviamente, e alguns outros brilhantes intelectuais foram excluídos do debate que faremos aqui, sobretudo por diligência com a especificidade de cada autor, de modo a não vulgarizar suas teorias para fazer-los caber nos limites deste artigo. Assim, traçaremos abaixo o percurso de alguns dos principais intelectuais que se esforçaram em “devolver ao passado sua inteireza” sobre a história do Regime Militar no Brasil.

I. As justificativas para o golpe militar de 1964

O autor selecionado para tratar o tema das razões de se ter iniciado o Regime Militar com o Golpe de 1964 foi Gláucio Ari Dillon Soares (1994). Sua análise tem duas vertentes explicativas: as considerações de grandes autores sobre o tema e o conteúdo dos textos e entrevistas dos próprios militares, resultado do projeto *O Estado de Segurança Nacional*.

A *subestimação do papel dos militares* é um dos primeiros fatores explicativos apontado pelos intelectuais e destacado por Soares (1994, p.10): pelo fato de se ter associado muito fortemente o termo *Revolução* aos atores de esquerda, foi subestimado o papel dos militares para uma possível transformação política no Brasil. A contribuir com essa formulação, o autor apontou vários componentes: a sociologia política no Brasil, de tradição marxista na época não esperar qualquer possibilidade de mudança vinda do seio da sociedade capitalista e burguesa, dificultando a relevância política de várias classes e setores políticos historicamente novos (ou seja, além da dicotomia burguesia/proletariado); a visão estereotipada de que os militares cumpriam bem os projetos econômicos de outras classes e, portanto, não serem autônomas como uma classe de interesse; o fato de a Instituição militar ser muito fechada e dar pouco acesso de fontes aos pesquisadores.

De fato, o próprio autor veio a declarar (SOARES,1994, p.12) que os trabalhos publicados pouco depois do golpe revelam um desconhecimento muito grande da corporação militar, suas inclinações políticas e atividades mesmo já havendo há um tempo considerável a possibilidade conspiratória de golpe.

Outro fator explicativo para o golpe usado entre os pensadores de política brasileira e destacado por Soares são explicações externas, como a *crise do modelo substitutivo de importações*, explicações que são feitas para todos os regimes militares da América Latina em conjunto, ou seja, apesar do regime militar brasileiro ter sido precursor de todos os golpes deflagrados na América Latina, o de mais longa duração e o que mais avançou no caminho da institucionalização (ibidem, p.13), alguns autores tendem a pensar os regimes mais amplamente, no plural e como um fenômeno macro no continente; e a questão da *participação das multinacionais e dos governos estrangeiros* (ibidem, p.25), particularmente os Estados Unidos, como um consenso nos setores acadêmicos, políticos e jornalísticos. A presença de planos militares de contingência e de petroleiros com escoltas armadas seriam indicativos de que os EUA estavam dispostos a doar mais que apoio.

As explicações internas tendem a ser fortemente empíricas: a *inflação* teve uma relevância política incalculável; a *estagnação econômica* num país que há poucos anos havia apresentado bons índices de desenvolvimento; a *concepção do 'sujo' na política*, ou seja, a baixa credibilidade política antes do Golpe contribuiu para a anulação do Legislativo, marcado pela imagem da corrupção; a *instabilidade do governo de João Goulart*, então presidente do Brasil, que traz no cerne o problema da ingovernabilidade causada pela paralisia decisória e falta de apoio parlamentar.

A dicotomia *caos/ordem* é essencial para compreendermos o clima ideológico vivido pelos anos conspiratórios, segundo Glaucio Soares. A desordem, o caos e a anarquia, em contraposição à ordem, estabilidade, segurança e tranqüilidade passam a ocupar a posição central das análises políticas feitas pelos militares:

Nos discursos dos presidentes militares, sempre críticos ao Governo de Goulart, deu-se mais atenção ao caos e à desordem do à inflação ou estagnação. O caos, real ou percebido, é um termo politicamente relevante, sobretudo para entender a participação política dos militares, que são particularmente sensíveis à desordem. Além de um bem em si, os militares consideram a ordem um pré-requisito para o crescimento econômico. A ampliação do conceito da ordem leva a elaboração do conceito de segurança nacional que integra o

binômio doutrinário que regeu a política pós-64 – desenvolvimento e segurança. [...] Essas considerações, juntamente com a leitura dos discursos dos presidentes militares e com a observação dos militares brasileiros me fizeram incluir o caos como uma dimensão negativa importante no pensamento militar e a intolerância com o caos uma motivação importante para tirar os militares brasileiros da caserna e impeli-los ao golpe. (SOARES, 1994, p. 23)

Tanto quanto a ideologia de combate ao caos, está evidente na conspiração do golpe a ideologia do *anticomunismo* (SOARES, 1994, p. 25). Segundo o autor, essa ideologia domina o pensamento militar brasileiro desde a revolta comunista fracassada de 1935, conhecida como “Intentona Comunista”, mas é exacerbado pelo clima da Guerra Fria. Para além da influência geopolítica sofrida pelos militares, havia muita desconfiança da ‘ameaça comunista’ que era o governo de João Goulart, por que quando Janio Quadros renunciara Jango estava na China (comunista), por que os partidos de extrema esquerda e os sindicatos o apoiavam, por que o acesso aos meios de comunicação de massa e a intensa proselitização ideológica através deles causava receio.

As interpretações do Golpe militar, que se iniciara, pelo menos, em 1961, é escamoteado por Gláucio Ari Dillon Soares, sobretudo por tentar demonstrar, além das principais teses em debate na bibliografia sobre o tema – que inclui estudos célebres de René Dreifuss, Maria Emilia da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Jaime Portela de Melo e Wanderley Guilherme dos Santos -, a *visão dos autores* do golpe, os próprios militares que foi essencialmente militar, independente do apoio que outras categorias possam lhes ter prestado.

2. . Uma análise institucionalista dos governos militares

Sebastião C. Velasco e Cruz e Carlos Estevam Martins unem suas capacidades analíticas para se debruçar sobre as características dos governos militares, com o foco claramente institucional, além das razões dos fatores que levaram o processo de abertura política de retorno à democracia em *De Castelo Branco a Figueiredo: uma incursão na Pré-História da abertura*, publicado no calor dos fatos, em 1981.

Procurando entender as continuidades e rupturas nos processos institucionais, combinações em dosagens diferentes de autoritarismo, militarismo, corporativis-

mo, liberalismo e democracia, segundo eles, tentaram levantar três hipóteses: a primeira é que os momentos de intensificação do autoritarismo não derivam diretamente do Golpe de 64; a segunda é que a oposição é parte integrante do sistema político e não pode ser deixada de fora das responsabilidades do contexto histórico; a terceira hipótese é recolocar a conjuntura brasileira nas problemáticas do capitalismo contemporâneo, questões que serão de caráter estrutural e não de governo (MARTINS; CRUZ, 1983, p. 14).

Importante destacar o quanto os autores se esforçaram por demonstrar que houve uma divisão clara de linhas de pensamento dentro do próprio grupo golpista: os sourbonistas, mais letrados e ligados a União Democrática Nacional, a UDN; a linha dura, mais radical, de onde vem o general Médici; os nacionalistas de direita; e as chefias burocráticas da corporação. Assim, tentam demonstrar o quanto se torna reducionista uma análise que vê uma unidade, ou melhor, uma uniformidade, dentro do grupo que assumiu o poder no Brasil nos anos do Regime Militar (ibidem, p.16)

O interesse acadêmico destes autores e a sua contribuição para o debate político sobre a ditadura militar estão justamente na precisão com que analisam as estruturas institucionais dos governos, dos quais destacaremos aqui alguns pontos de transformação do Estado, sobretudo nos anos Médici (1969-1974), governo ao qual atribuem um arranjo institucional mais sólido pelas seguintes características: os temas políticos relacionados à Segurança Nacional terem sido processados em agências específicas no interior de uma rede que tinha pontos focais no Sistema Nacional de Informações, SNI, e no Conselho de Segurança Nacional; tendo por base as reformas institucionais feitas por Castelo Branco e Costa e Silva, o governo Médici teria somado as condições excepcionalmente favoráveis do mercado mundial para o “Milagre Econômico”, PIB elevado, futebol como ícone do progresso do Brasil; a propaganda do governo bombardeando a população com propagandas de um “Brasil Grande”, com apelo agressivo dos projetos de impacto, procurando explorar ao máximo o efeito ideológico das políticas sociais implantadas (PASEP, PRORURAL, FUNRURAL, PROTERRA) e da grandiosidade de alguns empreendimentos, dos quais a Transamazônica foi o mais desastrado; o combate ao que o governo chamava de ‘campanhas de difamação’ sob a fachada de um país forte, dinâmico e seguro; a censura, embora tivesse falhas, estava presente em todos os lugares; a guerrilha foi duramente reprimida;

a tortura era repudiada publicamente mas aceita de fato pelos militares, em nome dos imperativos maiores das razões de Estado; multiplicavam-se assassinatos, exílios, sequestros e desaparecimentos; métodos policiais, administrativos, econômicos e simbólicos reprimiam a oposição duramente:

No plano simbólico, militares paranóicos enchiam as páginas dos mais importantes jornais com o combate ao que chamavam de terrorismo branco: proclamações fantásticas onde a liberdade sexual, o consumo de drogas e as opiniões menos ortodoxas se fundiam como ‘facetadas da estratégia bolchevista para destruir a família, a harmonia e a paz política’ Subjacente à ordem, imperava o medo. (CRUZ; MARTINS, 1984, p.43)

Uma das ideias centrais desses autores é a de que o contexto da abertura política, atribuído ao governo de Figueiredo, na verdade alicerçou-se no governo Geisel (ibidem, p. 48) e não haveria deixado opções institucionais que caminhassem para outro sentido senão a abertura política: o controle da mídia havia relaxado e a Oposição conseguiu um terço das cadeiras parlamentares nas eleições de 65; ficou mais clara a pressão da opinião pública por respostas aos “desaparecidos”; os empresários começaram a endossar o coro dos que exigiam o retorno do *estado de direito*; se observou o surgimento da defesa pública do ‘preso político’ e das próprias manifestações e greves e a criação o Partido dos Trabalhadores. Quando Figueiredo assume, portanto, os governos militares já estariam totalmente hostilizados pela opinião pública e a abertura já decidida, pelo contexto.

Uma análise minuciosa do texto dos autores, nos entanto, irá provocar algumas críticas, ou melhor, salientar as características da busca da *Redenção* que os autores assumiram, por exemplo: é dito que os *sourbonistas* se frustraram por que gostariam de implantar algo ‘dentro da ordem’(CRUZ; MARTINS, 1984, p. 15), mas é notável diante de todo histórico da participação da UDN em articulações e tentativas de golpe de estado, que viram um caminho político para se ter acesso ao poder, recorrendo à concepção liberal de que o Exército deve intervir em caso de caos político; os autores afirmaram que não deve-se parecer-nos absurdo falar de ‘lei e de ordem dentro de um governo instaurado pela força por ser inegável que a ditadura no Brasil foi *relativamente branda*’ (ibidem, p.17, grifos meus); chamaram a repressão violenta da Polícia Militar de *métodos de intimidação* (p.43, grifos meus); afirmam que Médici – o dos ‘anos de chumbo’- tenha

tentado buscar a legitimidade liberal; afirmaram que o Ato Institucional número 5, que legalizava a repressão, caiu por desuso e não por pressões políticas; e dizem que o MDB, partido legal de oposição, fizera uma *opção* de fazer um discurso mais moderado no Congresso Nacional (p.47), num tempo em que só pertencer ao MDB já era passível de suspeita e era muito baixa a possibilidade de se exercer uma oposição sólida devido à forte censura.

De qualquer forma, *De Castelo a Figueiredo: uma incursão na Pré-história da abertura* é um texto que não pode escapar à leitura de um cientista político e é referência para o entendimento dos processos institucionais nos quais o Brasil se envolveu nos anos de regime militar.

3. A Esquerda Armada no Brasil

A esquerda do Brasil não assistiu passivamente à agitação política. Ao contrário, foi um fator determinante para o modo como os acontecimentos se desenrolaram na véspera do Golpe Militar, durante a intensificação da repressão e a pressão pela abertura. São referências nesse tema, no sentido a que nos propomos pensar, movidos por sentimento acadêmico de *Redenção* histórica: Jacob Goreneder; Nelson Werneck Sodré, Daniel Aarão Reis Filho e Marcelo Ridenti. Nos ateremos, aqui, nas obras dos dois últimos.

A Revolução faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil (1989) é um esforço, até autobiográfico de Daniel Aarão Reis Filho, que foi um comunista militante durante o regime militar de análise da ação da esquerda armada no Brasil, a partir da constatação de que as entidades comunistas acabaram por se tornar mais parlamentares do que órgãos eficazes de mobilização de lutas, da análise das muitas divergências entre os discursos da própria esquerda, percorrendo a trajetória das mais diversas correntes, dos grupos armados, das organizações e partido, para elaborar suas conclusões.

O resultado das perguntas de Reis Filho é que a ação da esquerda fracassara, ou seja, a Revolução faltara ao encontro, apesar de toda agitação da época tanto pelas debilidades de organização dos comunistas. Por um lado, houve para os comunistas um desmoraamento de referências diante do Golpe, sua primeira grande derrota, e por outro caíram no fatalismo de esperar que o bloco que assumira poder se desmanchasse (REIS FILHO, 1992, p.47). A própria identi-

dade teria sido afetada pela indigência teórica, pelo conhecimento superficial da realidade brasileira, pelo fascínio pelos modelos internacionais e pelo flagelo da influência e infiltração da pequena burguesia.

Marcelo Ridenti, por sua vez, publica sua obra no início dos anos 90, não militou na época da ditadura e já dispõe de interlocutores diretos para discutir a ação da esquerda armada em *O Fantasma da Revolução*. O nome que leva o título de seu estudo, para além de seus sentidos denotativos, é evocado de Marx, quando criticou os franceses por não conseguirem superar os espectros das revoluções que fracassaram. Ridenti pretendeu expor em sua obra (1993, p.21), que no Brasil se tornou possível associar esse fantasma insuperado, não de uma grande revolução como a que os comunistas esperavam, mas o fantasma de uma revolução frustrada dos socialistas que não aconteceu – logo, a ‘não-revolução’ – e por um golpe conservador de direita que de democrático só tinha a autodenominação – a “Revolução democrática”, iniciada em 64 – que na verdade era uma “revolução às avessas”.

Toda pesquisa que se encontra na obra teve o propósito de entender a vanguarda no movimento contraditório da sociedade brasileira e das marcas que a esquerda carrega disso. A partir do materialismo histórico, Marcelo Ridenti teve a preocupação de recuperar a análise das classes sociais e suas formas de representação, adentrando o mundo de dissonâncias e desafios daqueles “anos de chumbo”, sem deixar de fazer uma leitura crítica em relação aos erros primários dos primeiros revolucionários nas concepções sobre a realidade brasileira e na forma de luta ou resistência. Conclui que há uma crise de representação entre as massas e as opções revolucionárias, sem raízes profundas na sociedade e na própria classe trabalhadora. (RIDENTI, 1993, p.276)

4. A cultura política no Regime Militar

Para que não reste lacunas grandes demais nesta breve análise da literatura clássica de política na ditadura militar no Brasil, vamos agora tratar de cultura e política. Para tanto, trataremos de um primoroso texto de Roberto Schwartz, *Cultura e Política – Alguns Esquemas*, escrito entre 1969 e 1970.

A tese central de Schwartz é a de uma presença cultural *hegemônica* da esquerda no Brasil, apesar de enfrentar uma ditadura repressora de direita: as livrarias de São Paulo e do Rio de Janeiro estariam cheias de livros marxistas, peças

teatrais incrivelmente festivas e febris, manifestações do clero progressista e as organizações estudantis se cruzavam com a intervenção e o terror nos sindicatos, na zona rural, com os expurgos dos soldados de baixo escalão, com as suspensões de direitos civis. (SCHWARTZ, 1992, p. 63)

Segundo ele, a esquerda que perdera o poder para os militares, dominava, sobretudo, a produção ideológica. Schwartz percebe a seguinte situação: os intelectuais socialistas, em 1964, foram poupados da repressão direta – que coube aos operários, marinheiros, camponeses e soldados- e, então, floresceram extraordinariamente. Isso se deveu, segundo o autor, pela própria maneira como o socialismo se difundira no Brasil até 1964: um socialismo forte em anti-imperialismo e fraco em propaganda e organização de luta de classes; um socialismo longe do povo e “elitizado” – por mais contradição que pareça conter em atribuir esse adjetivo a socialismo.

Entre os exemplos apresentados pelo autor estão: os grupos de teatro político, com destaque ao *Arena* e ao *Opinião*; o método Paulo Freire de alfabetização; as ligas camponesas escapando à máquina populista; a retomada da leitura de Marx e de Lenin nos espaços acadêmicos, etc. Todo esse cenário, apreciado por Schwartz até 69, contudo, não teve muitos prognósticos prognóstico comprovado. A censura e a perseguição do regime se endureceram de um modo como não havia previsto. Haviam certamente outros movimentos artísticos não ligados politicamente à esquerda que obtiveram grande sucesso de abrangência. O contexto em que o texto foi escrito, contudo, faz com que sua análise seja admirável e válida como documentação e análise crítica da cultura da época:

Ora, como os intelectuais não detém os meios de produção, essa teoria (marxista) não se transpôs para sua atividade profissional, embora faça autoridade e oriente a sua consciência crítica. Restaram pequenas multidões de profissionais imprescindíveis e insatisfeitos, ligados profissionalmente ao capital ou ao governo, mas sensíveis politicamente no horizonte da revolução. [...] Era tão viva a presença dessa corrente que não faltou quem reclamasse – apesar dos tanques da ditadura rolando periodicamente pelas ruas – contra o terrorismo cultural da esquerda. (SCHWATZ, 1992, p. 67)

O já citado Marcelo Ridenti, em *O Fantasma da Revolução*, também nos oferece preciosidades para compreendermos a cultura política da época. Ao tratar

das camadas intelectualizadas na *revolução brasileira*, ele analisa a agitação e o florescimento cultural brasileiro nos anos 60, como brotou do movimento contraditório da sociedade, o quanto o meio cultural sofreu a perseguição direta, a censura ou repressão física e o como ajudaram a forjar os setores sociais críticos da ordem estabelecida pela ditadura militar, ainda que depois acabassem envolvidos com a indústria cultural, que acabou por encampar as artes no Brasil. O autor fornece brilhantes conceituações acerca do vanguardismo, na defesa da mitologia da identidade cultural e da espontaneidade popular com tudo o que ela tem de mistificador, ainda que a ideologia tecnocrática e militar tenha vindo substituir a populista, posteriormente, por uma hegemonia burguesa no conjunto da cultura da sociedade:

Na negação romântica do capitalismo feita por artesãos da cultura por uma elite artística e cultural que elegeu o suposto camponês atrasado ou o nordestino como suporte da defesa da ‘cultura brasileira’ contra uma invasão imperialista, numa recusa, consciente ou não, voluntária ou não, tanto do capitalismo quanto da modernidade, como se ambos fossem a mesma coisa. (RIDENTI, 1993, p.100)

Conclusão

O Regime Militar no Brasil é um período riquíssimo para análise da atuação política e, outrossim, uma ferida aberta da história recente de nosso país. Os autores que aqui discorremos ao longo deste breve texto se relacionaram diretamente com a ‘história vivida’ ou com atores que estiveram nela, o que atinge a buscas de significados feita por cada um deles.

É claro que intelectuais não são super-heróis, capazes de fazer previsões do futuro ou compreender todos os fatores explicativos de um período de 21 anos de acontecimentos políticos, mas contribuem preciosamente para a construção da memória histórica e das interpretações que dela fazemos. Sob várias óticas, pudemos perceber a contribuição de cada autor para a compreensão do passado, ainda doloroso para muitos. Ao expor parte da argumentação de autores de referência sobre o regime militar, quisemos levar o leitor a perceber algumas motivações e concepções que os próprios objetos e perguntas de pesquisa revelam sobre o nosso debate acadêmico. Cada qual com sua perspectiva, os autores se posicionaram no cenário de disputa da memória histórica, certos de que, como disse o próprio Walter Benjamin (1992, p.228), “também os mortos não estão em segurança se o inimigo vencer”, e de que a ciência política, zelosa em compreender as trajetórias do poder, da luta, da democracia, da representação, da liberdade, da cidadania, não pode se esquivar de cumprir seu papel em relação ao regime militar no Brasil.

Recebido em julho 2015.

Aprovado em Dezembro de 2015.

Referências

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política.** Volume I. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.

MARTINS, Carlos Estevão e CRUZ, Sebastião Velasco. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura. *In*: Maria Hermínia Tavares de Almeida e Bernardo Sorj. **Sociedade e Política no Brasil pós 64.** São Paulo: Brasiliense, 1983;

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Faltou ao Encontro.** São Paulo: Brasiliense, 1989;

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira.** São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993;

SCHWARTZ, Roberto. Cultura e Política (1964-1969) – Alguns Esquemas. *In* **O Pai de Família e Outros Estudos.** São Paulo: Paz e Terra, 1992;

SOARES, Gláucio A. D. (1994) O golpe de 64. *In*: **21 anos de regime militar – balanços e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS

*Amanda Souza Ribeiro*¹

*Cristina Satiê Pátaro*²

*Frank Antonio Mezzomo*³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar discussões a respeito do ensino de História nos anos iniciais, com base na reflexão acerca de uma prática pedagógica desenvolvida junto a crianças do 4º ano do Ensino Fundamental, no trabalho com os conteúdos voltados para a história do município de Campo Mourão. No presente texto, busca-se questionar as práticas tradicionais do ensino de História, analisando as contribuições que o movimento da Nova História trouxe para o ensino da disciplina e a formação de professores. A prática realizada evidencia a importância da utilização de diversas fontes históricas junto aos alunos, possibilitando a compreensão das mudanças e permanências ao longo do tempo, bem como da importância do sujeito e das ações cotidianas na construção da História.

Palavras-chave: Ensino de história. Anos iniciais. Formação de professores.

1 Mestranda do Programa de Pós-Gradual Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD da Universidade Estadual do Paraná.

2 Docente da Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão (Unespar) e bolsista Produtividade pela Fundação Araucária. Diretora de Pesquisa da Universidade Estadual do Paraná. Professora e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (Unespar, campus de Campo Mourão).

3 Professor da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão (Unespar). Graduado (1996) em Filosofia e Especialista (1997) em História Social na Historiografia Contemporânea pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Mestre (2000) e Doutor (2009) em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ABSTRACT

This paper aims to discuss issues related to History teaching in the early years, based on a reflection on a pedagogical practice developed with children of elementary school, in working with contents about the history of Campo Mourão city. In this paper, we problematize the traditional practices of History teaching, analyzing the contributions that the New History brought to History teaching and teacher training. The practice held highlights the importance of using various historical sources to the students, enabling the understanding of the changes and continuities over time, and the importance of the subject and of everyday actions in the construction of History.

Keywords: History teaching. Elementary school. Teacher training.

Introdução

A partir do fim do período militar (1964-1985) e, posteriormente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), novas discussões sobre o ensino de História começam a ser pautadas e defendidas, assim como propostas e metodologias, as quais passam a fazer parte das orientações e diretrizes nacionais da disciplina, a exemplo dos Parâmetros Curriculares Nacionais e, no caso do Paraná, de suas Diretrizes Curriculares. A despeito desse movimento, pode-se observar que muitas das aulas de História no Ensino Fundamental têm sido pautadas na prática denominada tradicional, na qual o ensino da disciplina é pautado na sucessão cronológica e linear dos acontecimentos, esses tidos como a única verdade existente.

O ensino de História embasado nas novas propostas – impulsionadas em grande parte pela Nova História – vem questionar a visão tradicional, destacando a necessidade de mostrar que a história também é construída pelas pessoas, homens e mulheres, em seu cotidiano, e que o ensino da disciplina deve demonstrar o lugar dos sujeitos na história e proporcionar elementos para que esses consigam entender e se localizar no tempo, no espaço, entendendo que são sujeitos atuantes na história.

Em relação à formação dos professores responsáveis pelo ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é preciso destacar que, com frequência, os docentes deste nível de ensino possuem apenas a formação de nível Médio ou mesmo a graduação em pedagogia, não tendo, portanto, a formação específica nos conteúdos curriculares. Tendo em vista que o Curso de Pedagogia apresenta uma carga horária pequena destinada às disciplinas que orientam sobre o ensino de história, concordamos com afirmação de Caimi (2010) quando considera que o conhecimento histórico desse professor é limitado e, muitas vezes, está baseado na sua escolarização ou de acordo com a cultura presente no seu meio social.

As questões apresentadas nesse texto, buscam discutir a importância do ensino de história na formação do professor dos anos iniciais, a partir da prática pedagógica desenvolvida junto a uma turma dos anos iniciais do Ensino Fundamental por ocasião do Estágio obrigatório, realizado no quarto ano do Curso de Pedagogia⁴.

4 A prática pedagógica apresentada foi desenvolvida por ocasião do Estágio obrigatório do

O Estágio de docência do Curso de Pedagogia tem como objetivo proporcionar, aos acadêmicos, possibilidades de articulação entre teoria e prática – entendendo que essas são indissociáveis –, assim como oferecer possibilidades de aproximação com a realidade em que os futuros professores irão atuar. Dessa forma, o Estágio não é apenas o espaço da prática, mas é destinado à preparação do futuro docente para sua atuação profissional.

No campo da docência, em especial, o Estágio possibilita a oportunidade de o licenciando entrar em contato com a realidade na qual atuará em após formado, compartilhando os conteúdos e práticas estudadas com o espaço da escola e da sala de aula. As disciplinas estudadas ao longo do Curso devem, assim, proporcionar subsídios que fundamentem e possibilitem a compreensão da prática realizada.

Portanto, o Estágio se constitui como um momento de reflexão sobre a prática, sendo que ao discutirmos sobre ela, podemos repensá-la e melhorá-la, para um próximo momento. A teoria é necessária para essa reflexão e deve ser concreta a ponto de ser quase confundida com a prática (FREIRE, 1996). Dessa forma a reflexão sobre a prática realizada constrói uma teoria que, posteriormente, retorna à prática, em uma relação dialética.

I. Repensando o Ensino de História

Ao longo do tempo, sobretudo a partir do século XIX quando a história se constitui como disciplina e, portanto, compreendida como ciência moderna, ela passou a ser investigada e ensinada de maneiras diversas, a partir de paradigmas historiográficos que traziam diferentes concepções de tempo e diferentes modos de lidar com o passado. A perspectiva tradicional, em geral associada ao

quarto ano do Curso de Pedagogia da Unespar (Universidade Estadual do Paraná), campus de Campo Mourão, com alunos de um 4º ano do Ensino Fundamental em uma escola Municipal de Campo Mourão, PR.

No quarto ano do Curso de Pedagogia da Unespar, câmpus de Campo Mourão, o Estágio tem a carga horária total de 170 horas, divididas entre as áreas: Educação de Jovens e Adultos (40 horas), Séries Iniciais do Ensino Fundamental 3º a 5º anos (40 horas), Gestão (60 horas), Educação Não-Escolar (30 horas). O Estágio no Ensino Fundamental foi realizado entre os meses de maio e junho de 2014, no período da manhã.

Positivismo, o Materialismo Histórico e a Nova História são três correntes que imprimiram no Ocidente, nesse caso particular no Brasil, marcas indelévels que são percebidas até a atualidade.

Na abordagem tradicional, o ensino de história segue um viés nacionalista, primando pela preservação de heróis, exercendo influências na formação de conceitos como cidadania e nação. O ensino de história nessa perspectiva tem como objetivo a construção de uma identidade nacional, apresentando aos alunos um passado da nação repleto de conquistas, protagonizadas por heróis brancos e seus grandes feitos. Dessa forma:

o ensino de história assume uma perspectiva que se resume em festejar datas num desfile linear, anacrônico e sem significado, ao lembrar fatos do passado de forma descontextualizada e sob um único viés, decorrente da atuação épica de personagens, reverenciados como “heróis”, e que figuram como seres sobrenaturais. (BERGAMASCHI, 2002, S/P).

Esse modelo de ensino segue uma concepção que compreende o tempo como linear, contínuo e progressivo, sendo conhecida como uma história de eventos, onde os fatos são apresentados e descritos em sequência cronológica, sem espaço para interpretações, pois essas poderiam prejudicar a imparcialidade e objetividade dos fatos (BURKE, 1992). Nesse entendimento, acredita-se que a verdade histórica é “alcançada por meio da neutralidade do historiador ante o real analisado, obtendo assim um reflexo fiel dos fatos do passado” (BRUCE, FALCÃO, DIDIER, 2006, p. 201).

Na abordagem tradicional, é função da história o levantamento e descrição de fatos, que são apresentados como uma sucessão de acontecimentos que não necessariamente estão relacionados uns aos outros (a não ser por uma lógica de causalidade), dando destaque às conquistas políticas, às batalhas, aos feitos dos grandes heróis nacionais. As principais fontes utilizadas são, assim, os documentos oficiais, e a narrativa histórica é repleta por ações do Estado e pelas instituições reconhecidamente afilhadas/afinadas à ele.

Com o adiantar do século XX, a abordagem tradicional começa a ser questionada, e outros paradigmas, aos poucos, vão ganhando legitimidade e legando para o ensino de história, uma prática-reflexão mais integrada ao cotidiano e pró-

ximo da realidade do aluno. Nesse contexto, o materialismo dialético ganha destaque. Em relação à investigação histórica, considera a realidade como dinâmica, com contradições e dialética, tendo como elemento importante às lutas de classes. Sua concepção de tempo tenta explicar o passado por meio do tempo acontecido e “da contradição que pode ser encontrada em todo fato e, para compreender a contradição, faz necessário deslocar-se temporalmente intentando como determinados fatos se constituíram historicamente e porque se apresentam de tal forma ao homem no presente” (OLIVEIRA, 2010, p. 43). Um aspecto importante é que a perspectiva do materialismo histórico traz para o ensino de História a visibilidade das parcelas oprimidas da população, além de objetivar que o aluno se compreenda como sujeito da própria história (PARANÁ, 2008).

Apesar de o materialismo histórico ter apresentado outra forma de narrativa histórica e causado mudanças importantes na forma de investigar o passado, mudanças significativas na concepção de tempo parece ter ocorrido de forma mais intensa a partir das discussões propostas pela Escola dos Annales⁵, a partir do movimento que ficou conhecido como Nova História. Com os debates e ponderações que foram efetivadas por profissionais de história, participantes de instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e pela Associação Nacional de História – SBPC e ANPUH, respectivamente –, houve mudanças na concepção de ensino de história, influenciando reformas curriculares e apresentando uma nova concepção de educação (BRUCE, FALCÃO, DIDIER, 2006).

Com as discussões da Escola dos Annales, o ensino de história passou por transformações que causaram alterações em relação à forma como o tempo é concebido dentro da disciplina. Se no ensino tradicional o tempo histórico é pensado e apresentado de forma contínua, linear e progressiva, na Nova História ganham destaque outras temporalidades, enfatizando o caráter repetitivo, cíclico e simultâneo do tempo, onde diferentes aspectos da vida dos seres humanos começaram a constar como preocupações dos historiadores. Para os historiadores da Nova

5 A Escola dos Annales se apresentou hegemônica no ocidente, sobretudo a partir de meados da década de 1960. A Escola, ou movimento como preferem alguns historiadores, surgiu a partir de um grupo de historiadores franceses que fundaram, em 1929, a Revista *Annales d'histoire économique et sociale*. Tratou-se de um projeto, usando a expressão de Burke, que revolucionou a escrita da história no século XX (BURKE, 1992; OLIVEIRA, 2011).

História não são somente os feitos de homens pertencentes a história política de cada país que constroem a História, essa também é formada por todos os acontecimentos humanos, “que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo” (BURKE, 1992, p. 11).

Esses historiadores propuseram diferentes abordagens para o ensino de história, ampliaram as possibilidades de fontes para a investigação e para o ensino, uma vez que todo registro humano poderia ser utilizado e analisado com fonte histórica, como documento (LE GOFF, 1996). Isso porque, para realizar uma leitura ou releitura do passado e eleger novos objetos para estudo, faz-se necessário encontrar novas fontes, quando os historiadores passam a considerar as fotografias, textos literários, relatos orais e evidências estatísticas como fontes de informação para seus estudos (BURKE, 1992).

Com essa nova forma de entender História, a concepção de progresso e do tempo contínuo e linear foi repensada. O historiador deve considerar nas suas análises o tempo da duração, dessa forma, é necessário analisar os fatos considerando não só sua organização cronológica, mas também as mudanças e continuidades presentes ao longo do tempo. Os historiadores da Escola dos Annales apresentam uma concepção de tempo onde afirmam que “deve ser considerada na construção da História, a simultaneidade das durações assim como os movimentos de permanências e mudanças que ocorrem em uma sociedade ao longo de um determinado período” (OLIVEIRA, 2010, p. 44-45), dessa forma não seria possível considerar apenas a cronologia para entender o tempo histórico.

Assim, o ensino de História pautado nessa abordagem, inspirada pelos historiadores da Escola dos Annales, defende a história como um processo formado por diferentes temporalidades e não como fatos acabados, sendo possível realizar diferentes interpretações do passado.

2. A prática desenvolvida na escola

No Estágio de Ensino Fundamental, desenvolvido em uma escola municipal de Campo Mourão junto a uma sala de 4º ano que contava com 21 alunos⁶, tivemos como objetivo trabalhar a história do município de Campo Mourão, sua constituição histórica, as mudanças e permanências que podem ser percebidas ao longo das últimas décadas. Abordamos a discussão de presente e passado, buscando destacar as transformações que ocorreram no município desde sua origem.

Ao planejar as aulas, tivemos a preocupação em (re)pensar a seleção dos conteúdos e metodologias em vista de novas abordagens, tentando afinar-se a perspectiva da Nova História. A escolha dos conteúdos escolares reflete uma concepção de história, e envolve interesses dos poderes constituídos. Deste modo, definir o que será ensinado caracteriza uma série de disputas em relação à memória, à constituição dos sujeitos e da nação. Procuramos valorizar uma história cujo papel seria o de orientar os sujeitos na tarefa de pensar historicamente e formarem sua consciência histórica (SCHMIDT, GARCIA, 2005), reconhecendo as variadas experiências das sociedades construídas historicamente, levando os estudantes a, por meio desses conhecimentos, compreender os fatos do seu tempo e da sua vida. Acreditamos que a história não é apenas formada por datas, fatos históricos, nomes de heróis ou pela memorização e repetição dessas informações pelos alunos, como acontece no ensino de História tradicional. A disciplina de história deve ter como objetivo formar um sujeito que é capaz de utilizar seus conhecimentos intelectuais para se localizar na sociedade em que está inserido e entender o mundo onde vive (CAINELLI, 2010).

Em vista de tais objetivos e perspectiva, em nossa primeira aula, apresentamos aos alunos o processo de constituição de um município, de um bairro, e as características dos espaços de zona rural e urbana.

Iniciamos a aula com o mapa do município de Campo Mourão para, junto

6 A escola é dividida em três blocos, um onde atende a educação infantil, outro o Ensino Fundamental e no terceiro é a parte administrativa, gestão e cozinha. Possui refeitório, uma quadra de esporte, parquinho para os alunos da educação infantil e uma horta utilizada na alimentação dos alunos. As turmas do Ensino Fundamental contam com duas professoras regentes, o plano de trabalho desenvolvido para esse Estágio foi aprovado e acompanhado pela professora regente.

com as crianças, identificarmos o bairro onde estava localizada a escola. O mapa foi colado na lousa, os alunos se aproximaram e iniciaram a busca. Todos se dispuseram a tentar localizar e poucos minutos depois um dos alunos conseguiu encontrar o bairro onde ficava a escola. Essa atividade possibilita aos alunos trabalhar as noções de representação e localização no espaço, considerando, de acordo com Zamboni (1989), que quando “o ser humano tem consciência do lugar que ocupa no espaço, melhor é seu relacionamento com o grupo social a que pertence; tem maior clareza de suas relações com as demais pessoas, e condições de se situar historicamente” (ZAMBONI, 1989, p. 65).

Na sequência, iniciamos uma conversa sobre onde moravam, como era o lugar, quais eram os tipos de construções que havia no local, se havia estabelecimentos comerciais, e como era o caminho da sua casa até a escola. No início, apenas um dos alunos se dispôs a contar como era o lugar onde morava, relatando a existência de várias casas, algumas árvores, mercado, padaria, ruas asfaltadas, animais de estimação e ausência de indústrias. Cainelli (2010) salienta a importância de a escola utilizar e respeitar os conhecimentos e vivências dos alunos, somente dessa forma eles compreenderão que lugar ocupam no espaço e seu papel na sociedade. Dessa forma “é a reflexão constante sobre o dia a dia de cada criança e do professor que ambos têm condições de refletir sobre o seu grupo, perceberem as relações sociais e de produção nele existentes e a partir daí situarem-se historicamente” (ZAMBONI, 1989, p. 71).

Em um segundo momento, trabalhamos um texto sobre o que são e como são constituídos os municípios e analisando o bairro onde morava cada criança e discutindo acerca da importância de alguns serviços serem ofertados no município. A maioria das crianças descreveu o bairro onde morava como sendo urbano e residencial, com muitas casas, poucas árvores, alguns estabelecimentos de comércio, como mercado e padaria, posto de saúde, escolas e ruas asfaltadas. Apenas um aluno descreveu seu bairro como sendo urbano industrial, com várias indústrias, poucas casas e árvores. Os serviços que eles acreditavam serem importantes em uma cidade foram os hospitais, a coleta de lixo, as escolas, e a segurança.

Na atividade seguinte, trabalhamos os espaços e as atividades presentes na zona urbana e na zona rural, as semelhanças e diferenças e as articulações entre elas. Todos os alunos afirmaram morar na zona urbana, que caracterizaram

como sendo um espaço onde há muitas casas, prédios, ruas asfaltadas, mercados, comércio, hospitais, escolas, onde as casas ficam perto uma das outras e há poucas árvores. Para a zona rural os alunos descreveram como sendo um espaço onde há mais árvores e plantações, poucas casas e que as mesmas ficam distantes uma das outras, tem vários animais, criação de gado e de outros animais. Afirmaram que a vida das pessoas que moram na zona urbana é corrida, levantam cedo e vão para a escola ou trabalho, passam o dia todo fora. Já na zona rural, embora as pessoas também acordam cedo, a rotina seria outra: dar comida para os animais e trabalhar cuidando da plantação. Isto é, a natureza do trabalho desenvolvido e a relação com o tempo no cotidiano é um pouco diferente. De acordo com Bergamaschi:

As formas de viver, sentir e pensar o tempo, ao longo da história, não são homogêneas, nem tampouco aparecem iguais nos diferentes grupos sociais que compartilham de uma simultaneidade temporal. Sua compreensão varia de acordo com as concepções de mundo predominantes e é sempre uma construção histórico-cultural. (BERGAMASCHI, 2002, S/P).

Após terem entrado em contato com as características do espaço e das atividades do município onde vivem as crianças da turma, a segunda aula teve como objetivo trabalhar a noção de passado e presente por meio da análise de dois vídeos que tratam da história de Campo Mourão. Nesse momento, o objetivo era discutir sobre como surge um município, quantos anos já se passaram desde sua constituição, e o que as crianças conheciam sobre a história local.

O primeiro vídeo⁷ trabalhado tratava do aniversário de 60 anos do município, comemorado em 2007, em que são destacados o surgimento, desenvolvimento e potencialidades de crescimento na atualidade. Apresenta como surgiu a cidade, como foi se transformando com o passar do tempo, sua importância e inserção regional, a qualidade dos serviços oferecidos, força econômica, cultura, educação e saúde. Como atividade solicitamos que, durante a sua exibição, as crianças prestassem atenção aos lugares retratados, tentando ver o que conseguiam reconhecer, e quais os temas estavam sendo priorizados. Após assistirem, registramos

7 Trata-se do material intitulado: Campo Mourão 60 anos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P5wAmpSo9Og>. Acesso em: 15 abr. 2015.

na lousa, com a ajuda dos alunos, quais os temas que foram destacados. Dentre os temas, as crianças citaram educação, saúde, lazer, polo de alimentos, cultura, e modernização.

Em seguida, as crianças assistiram ao segundo vídeo⁸, intitulado “Assim nasce uma cidade”, que trata também do município de Campo Mourão, mas que foi produzido na década de 1960. De início, não informamos o ano em que foi feito o documentário, apenas que se tratava de algo diferente do primeiro, e pedimos que prestassem atenção para poder entender e, posteriormente, comparar com o primeiro. Cainelli destaca a importância de se trabalhar as semelhanças e diferenças, mudanças e permanências como elementos da noção temporal, e afirma que:

Há uma construção de sentidos para as explicações sobre o tempo e as mudanças temporais são explicadas a partir da percepção das transformações nos objetos e nas estruturas sociais a partir das suas vivências atuais. Observando [por exemplo] a televisão de plasma e comparando-a com a televisão de fusível, a criança pode começar a estabelecer as primeiras noções de movimento do tempo e de transformações (CAINELLI, 2006, p. 70).

O vídeo apresenta imagens da cidade no início de sua ocupação, quando estavam sendo construídas ainda as primeiras residências, em madeira, em meio a araucárias e outras árvores que eram derrubadas para dar espaço às casas e estabelecimentos comerciais. Segue mostrando o desenvolvimento da cidade até a década de 1960 – período no qual foi filmado –, como a estrutura das casas foi evoluindo ao longo do tempo, assim como a cidade como um todo, dando destaque para os estabelecimentos comerciais, os serviços oferecidos no município, e espaços públicos. Na sequência, apresenta alguns dos migrantes do município e suas famílias, ainda vivos e moradores de Campo Mourão desde a década de 1960⁹.

8 O documentário leva o nome de: Assim nasce uma cidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3tRaRxlEaak> (Parte I) e https://www.youtube.com/watch?v=oISoFp_vDJ4 (parte II). Acesso em: 02 abr. 2015.

9 Vale ressaltar que o vídeo reflete uma perspectiva tradicional de história e de desenvolvimento do município. Apesar desta característica, entendemos que todo documento pode ser problematizado, em vista de levar os alunos a um processo de reflexão e desconstrução, de analisar as intencionalidades e jogos de poder que marcam sua produção e perpetuação.

Após a exibição conversamos sobre o que haviam achado do material, quais os temas haviam sido abordados e que espaços conseguiram reconhecer. A maioria dos alunos reconheceu apenas a praça no centro da cidade, atualmente denominada de Praça Getúlio Vargas.

Com esse exercício de apresentação dos vídeos, provocou-se os alunos a entrar em contato com a dimensão histórica dos espaços que convivem, buscando identificar as mudanças e permanências nas construções, nos costumes, nos temas e demais características políticas e econômicas do município. De acordo com Schmidt e Garcia (2005) “a partir do seu presente e de sua experiência, alunos e professores se apropriam da história como uma ferramenta com a qual podem romper, destruir e decifrar a linearidade de determinadas narrativas históricas” (SCHMIDT, GARCIA, 2005, p. 304).

Sistematizamos as semelhanças e diferenças entre os dois vídeos, bem como as mudanças e permanências presentes no município de Campo Mourão ao longo das décadas de abrangência das fontes trabalhadas. Acerca das mudanças e permanências no município de Campo Mourão, foram citadas pelas crianças as seguintes mudanças: a estrutura das casas, as ruas, a quantidade de casas, as roupas das pessoas, os carros, e os prédios comerciais. Em relação ao que permaneceu igual, destacaram as paisagens, pessoas, instituições religiosas (Ex.: a Catedral), e famílias.

Para a visualização da passagem do tempo, trabalhamos com a linha do tempo na lousa, com a finalidade de localizar a época em que foram feitos os dois vídeos trabalhados, além de destacar o ano atual (2014), o ano de nascimento de cada criança e o ano de emancipação do município de Campo Mourão. De acordo com Cainelli “a questão da temporalidade e da forma como as crianças entendem a passagem do tempo está relacionada com a experiência familiar. Recorrem a lembranças de objetos (presentes de Natal e aniversário), [...] para organizar o tempo com sentido de progressão” (CAINELLI, 2006, p. 65). Dessa forma é relevante relacionar o conteúdo trabalhando com as vivências dos alunos e com as pessoas de seu convívio.

O terceiro dia de aula teve como objetivo dar sequência ao trabalho sobre noção de tempo, presente e passado, fazendo uso, para tanto, de fotos recentes e antigas de algumas construções do município. De acordo com Mauad,

considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infra - estrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. [...] a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo (MAUAD, 1996, p. 80).

As crianças foram levadas a registrar, por meio de desenhos, como era o município no passado e como é atualmente. Durante essa atividade, foram distribuídas aos alunos algumas fotos de lugares da cidade em duas versões: antigas e atuais. Primeiro apresentamos a foto de como era o lugar há algumas décadas e discutimos se reconheciam aquele lugar e depois mostramos a foto do lugar atualmente. De acordo com Mauad (1996) “a fotografia – para ser utilizada como fonte histórica [...] – deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar” (MAUAD, 1996, p. 82). Na sequência, seguem algumas das fotos utilizadas na atividade:

Imagem 1: Centro de Campo Mourão, Praça Getúlio Vargas (1955)



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1232409>.

Imagem 2: Centro de Campo Mourão, Praça Getúlio Vargas



Fonte: <http://wibajucm.blogspot.com.br/2012/01/mormuls-avatar.html>

A primeira imagem mostra o centro da cidade, Praça 10 de Outubro (hoje Praça Getúlio Vargas) e o Instituto Santa Cruz em 1955. Na imagem, duas mulheres e, ao fundo, a Catedral São José. Podemos notar que não havia muitas árvores e outras edificações no local. Na segunda imagem, o centro da cidade em 2012, com a nova construção da igreja, construído no lugar do antigo prédio, além de muitas árvores enfeitando a praça, bancos, chafariz e luminárias. **Imagem 3: Catedral São José no centro de Campo Mourão (1940 e 2012)**



Fonte: <http://wibajucm.blogspot.com.br/2012/02/campo-mourao-ontem-e-hoje.html>

A imagem 3 dá destaque para a Catedral São José localizada no centro da cidade. A foto apresenta como era na década de 1940, com estrutura pequena, feita de madeira, com arquitetura diferente da atual e seu entorno, sem árvores e construções. A segunda foto mostra a nova Catedral, construída no lugar da primeira, com estrutura mais moderna, feita de tijolos, com várias árvores ao seu redor, bancos de madeira, tendo à frente um chafariz e luminárias.

Imagem 4: Campo Mourão Avenida Capitão Índio Bandeira, esquina com a Rua São Paulo (1980)



Fonte: <http://wibajucm.blogspot.com.br/2011/05/fotos-antigas-campo-mourao-anos-50.html>

Imagem 5: Campo Mourão Avenida Capitão Índio Bandeira, esquina com a Rua São Paulo (2012)



Fonte: http://s273.photobucket.com/user/pepedrocunha/media/Downtown00_zps17859c73.jpg.html

Na imagem 4, temos o centro da cidade em 1980, Avenida Capitão Índio Bandeira, esquina com a rua São Paulo. Podemos observar os carros da época de diferentes cores, pessoas andando, edificações de 2 a 3 pavimentos e árvores. A imagem 5 traz a mesma avenida recentemente, em cuja imagem podemos notar as transformações que ocorreram com o passar do tempo: a rua aparece asfaltada, dois dos prédios que aparecem na imagem 4 ainda estão presentes, mas apresentam novas edificações de mais de 7 pavimentos, largos canteiros floridos e os carros aparentam ser mais modernos e menos coloridos.

Imagem 6: Centro de Campo Mourão (1973)



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1232409>

Imagem 7: Centro de Campo Mourão (2012)

Fonte: http://s273.photobucket.com/user/pepedro_cunha/media/Cidade131_zps10eac03d.jpg.html

O centro da cidade é retratado nas imagens 6 e 7. Na imagem 6, em 1973, podemos ver a Praça Getúlio Vargas, a Rodoviária Municipal e uma parte da cidade. Nesse momento a igreja estava sendo reformada, não havia muitos prédios e casas. Já na imagem 7, o mesmo local em 2012, podemos observar que o espaço construído aumentou, tem mais prédios, a rodoviária foi transferida dando lugar para a biblioteca municipal e ao terminal de ônibus.

Ao longo da atividade, as semelhanças e diferenças, mudanças e permanências aqui indicadas foram apresentadas e analisadas junto às crianças. Com isso, a discussão e compreensão sobre passado e presente ficaram mais claras para os alunos, os quais conseguiram, por meio das fotos, perceber e fazer uma análise do que havia mudado nos lugares retratados nas fotos apresentadas e o que permanecia igual. Relataram sobre as construções, a rua, árvores, as roupas que as pessoas usavam na época, e os modelos de carros que circulavam. De acordo com Mauad, em relação à análise de imagens, afirma que:

a mensagem fotográfica tem na noção de espaço a sua chave de leitura, posto que a própria fotografia é um recorte espacial que contém outros espaços que a determinam e estruturam, como, por exemplo, o espaço geográfico, o espaço dos objetos (interiores,

exteriores e pessoais), o espaço da figuração e o espaço das vivências, comportamentos e representações sociais (MAUAD, 1996, p. 82).

Assim, compreendemos que o trabalho com as fotografias possibilita a compreensão da dimensão temporal que marca os espaços vivenciados pelos alunos, em nosso caso, o município de Campo Mourão.

Trabalhamos com um texto retirado do site da Prefeitura da cidade, que possibilitou entrar em contato com a “versão oficial” da História do município de Campo Mourão, sua origem e primeiras famílias. O texto foi entregue aos alunos, lemos e discutimos o mesmo.

Em seguida, no intuito de possibilitar às crianças a problematização da versão oficial e enfatizar a importância de outros sujeitos na história do município, realizamos uma pesquisa com os alunos sobre suas famílias, por meio de um questionário que versava sobre o local onde moram, há quanto tempo estão em Campo Mourão, quando ou em que ano chegaram ao município e quem veio, de qual cidade a família é, por que a família decidiu mudar-se e se há outros familiares que moram na região. De acordo com Bergamaschi,

Primeiramente, a história de vida de cada aluno deve ser a referência para localizar o tempo na história: quando nasceu, sua idade, os acontecimentos que marcaram sua vida. A vida do aluno em relação à história de outras pessoas; como se insere a vida de cada um em relação aos pais, avós, aos mais velhos (BERGAMASCHI, 2002, S/P).

A maioria das famílias era de Campo Mourão ou região, os que são de outras cidades teriam vindo para o município em busca de emprego e melhores condições de vida, ou para ficar perto de parentes que residiam na cidade. O objetivo foi trabalhar com os alunos que a história também é feita pelas pessoas consideradas “comuns”, por eles e suas famílias, e não somente pelos *pioneiros e heróis*, como determinados livros didáticos apresentam. Dessa forma,

busca-se recuperar a vivência pessoal e coletiva de alunos e professores e vê-los como participantes da realidade histórica, a qual deve ser analisada e retrabalhada, com o objetivo de convertê-la em conhecimento histórico, em autoconhecimento, uma vez que, desta maneira, os sujeitos podem inserir-se a partir de um pertencimento, numa ordem de vivências múltiplas e contrapostas

na unidade e diversidade do real. (SCHMIDT, GARCIA, 2005, p. 299-300).

Na última aula trabalhamos com a montagem de um desenho da cidade com a colagem de figuras retiradas de jornais e revistas. Nessa sala onde foi realizado o Estágio, os alunos demonstraram que gostam muito de atividades de pintura, desenho, colagem. Nessa atividade, como em outras relacionadas a desenho que foram desenvolvidas, os alunos realizaram com mais facilidade e com menos resistência, se comparado com as atividades onde eles precisavam ler, interpretar e escrever.

Por fim, tendo como referência a discussão sobre o ensino de História, cabe destacar que, durante as aulas, foram utilizadas diferentes metodologias e fontes históricas, com o objetivo de levar aos alunos diferentes formas de apresentar o passado e possibilitar discussões sobre o mesmo, articulando as experiências cotidianas dos alunos com as de outras pessoas em diferentes épocas. De acordo com Oliveira (2010), o ensino de história necessita da utilização de diferentes fontes, pois é por meio delas que a realidade é problematizada e são investigadas no passado resposta, possibilitando um deslocamento temporal.

Considerações finais

O Estágio realizado contribuiu para o entendimento acerca do ensino de história no Ensino Fundamental, a importância de se utilizar diferentes fontes, focar a compreensão de que a história é processo, não está pronta e circunscrita apenas um passado, e pode ser vista de diferentes formas. É relevante mostrar as crianças que a história também é feita por elas e suas famílias e não apenas por heróis.

Por meio da utilização das diferentes fontes (vídeos, fotos, texto, etc.) constatamos que os alunos conseguiram observar e entender as mudanças que foram ocorrendo ao longo do tempo no município de Campo Mourão, e que uma cidade se desenvolve a partir das necessidades que vão surgindo e devem ser sanadas para atender a população.

A utilização de elementos das vivências dos alunos os aproximou das discussões sobre história, pois dessa forma tiveram a oportunidade de compartilhar sua história pessoal como os demais alunos, mostrando que essa também é feita por

eles e por suas famílias que vieram para o município em diferentes temporalidades e motivos e fazem parte da construção do mesmo.

Por fim, entendendo a importância do Estágio na formação de professores, acreditamos ser importante destacar que as reflexões aqui trazidas acerca da prática desenvolvida não descartam a necessidade de novas indagações, aprendizagens e transformações em nosso trabalho docente. Isso porque, durante as aulas, constatamos que os alunos, em sua maioria, apresentavam dificuldades para se manterem concentrados, acabavam demorando a realizar as atividades, levantando muito de suas carteiras, conversavam com os colegas, e havia alguns que não queriam realizar as atividades que estavam sendo propostas; outros faziam, mas reclamavam que estavam cansados e que eram muito longas as respostas às questões. Esse comportamento, em muitos momentos, provocou um sentimento de frustração por não conseguirmos chamar a atenção dos alunos, mas também de motivação para buscar alternativas para conseguir superar tais dificuldades. Diante disso, acreditamos que o Estágio supervisionado pode se apresentar como um grande momento de grande importância para nossa formação, não apenas por possibilitar reflexões sobre o ensino de história – conforme já discorremos anteriormente – mas também por permitir a consciência de que a prática pedagógica, articulada à discussão teórica e à reflexão, pode sempre ser modificada, repensada, complementada, a partir das experiências e novas aprendizagens decorrentes da nossa formação/atuação.

Recebido em julho de 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.

Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. O tempo histórico no ensino fundamental. In: HICKMANN, Roseli. **Estudos Sociais: outros saberes e outros sabores**. Porto Alegre, Mediação, 2002. Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/estudos_sociais/O_tempo_historico_no_ensino_de_historia.pdf. Acesso em: 02/10/2014.

BRUCE, Fabiana; FALCÃO, Lúcia; DIDIER, Maria Thereza. História(s) e Ensino de História. **Caderno de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco**. Recife, v. 22, n. 2, jul./dez., 2006, p. 199-207.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1992.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. 2010 (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

CAINELLI, Marlene. Educação Histórica: perspectivas de aprendizagem da história no ensino fundamental. **Educar**, Curitiba, p. 57-72, 2006.

CAINELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. 2010 (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

OLIVEIRA, Enilson Pereira. Considerações sobre a escola dos Annales: o debate entre Peter Burke e François Dosse. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 17 a 22 de julho, 2011, p. 1-14.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de. Os tempos que a História tem. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. 2010 (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública da Educação Básica do Estado do Paraná: História**, Curitiba, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; GARCIA, Tânia Maria Figueiredo Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de história. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 25, n. 67, p. 297-308, set./dez. 2005.

ZAMBONI, Ernesta. Desenvolvimento das noções de espaço e tempo na criança. **Cadernos CEDES: A prática de ensino de História**, n.10, p. 63-71, 1989.

DIREITO DAS MINORIAS E OS MÚLTIPLOS OLHARES JURÍDICOS E SOCIAIS

*Eumar Evangelista de Menezes Júnior*¹

*Edson de Sousa Brito*²

*Maria Helena Borges de Souza*³

RESUMO

Abordando especificidades quanto ao Direito das Minorias, partindo a tecer os múltiplos olhares jurídicos, segue proposto nas entrelinhas deste artigo narrativa argumentativa volvida de pontos normativos e posicionamentos doutrinários diretamente articulados à defesa de grupos minoritários e, por vezes, vulneráveis. Na premissa de apresentar entendimentos múltiplos, pautou o estudo de método bibliográfico e prático, sendo fomentada a escrita por meio de pesquisa empírica descritiva, valendo-se de observações epistemológicas, logrando êxito aos resultados apresentados, sendo-os esclarecedores quanto a proteção legal aos grupos minoritários.

Palavras-chave: Grupos Minoritários; Protecionismo; Discurso Constitucional; Repercussão Doutrinária.

1 Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. (Multidisciplinar). Prof. Ms. do Curso de Direito da UniEVANGÉLICA, Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direito da UniEVANGÉLICA, Orientador de TCC da UniEVANGÉLICA; Prof. e orientador de Monografia do Programa de Pós-graduação *lato sensu* da Moderna Educacional; Membro da União Literária Anapolina – ULA; Advogado. E-mail: profms.eumarjunior@gmail.com.

2 Doutor em Educação. Mestre em Filosofia. Professor da Universidade Federal de Goiás. E-mail: edsonbrito@ufg.br.

3 Bacharelada do Curso de Direito da UniEVANGÉLICA. E-mail: mariahelena@anapolis.go.gov.br.

ABSTRACT

Addressing specifics on the rights of minorities, starting to weave multiple legal looks, follows the lines proposed in this article argumentative narrative oped normative points and doctrinal positions directly articulated to the defense of minority groups and sometimes vulnerable. The premise of presenting multiple understandings guided the literature method of study and practical, being promoted as written by descriptive empirical research, making use of epistemological observations, achieving success to the results, being them enlightening as the legal protection to groups minority.

Keyword: Minority groups; Protectionism; Constitutional discourse; Doctrinal repercussions.

Introdução

Os grupos minoritários são encontrados desde o surgimento das primeiras organizações sociais, sendo mais do que uma simples distinção numérica, estando presentes nos dias atuais, em muitos lugares, e sob inúmeros aspectos, tendo inclusive a Carta de Princípios Brasileira promulgada em 05 de Outubro de 1988 (nascida sob o prisma do Estado Democrático de Direito), dedicado alguns de seus dispositivos, para estabelecer princípios aptos a proteger esses grupos, formados de minorias, sendo estas também denominadas como grupos vulneráveis.

O amparo e a proteção aos referidos grupos é tão importante que fora regulamentada constitucionalmente, assegurando direitos para alcançar valores como a justiça social, igualdade e cidadania.

Para ser enxergados os múltiplos olhares que envolvem o Direito das Minorias, segue nas entrelinhas abaixo escritos jurídicos que muito servirão ao conhecimento quanto a interpretação dessa importante figura jurídica, repercutindo um discurso dialógico com suas características, seus princípios, sua ligação com os grupos vulneráveis, sendo demonstrado mais a firmeza do protecionismo elencado na Carta Magna Brasileira de 1988.

I. Aspectos doutrinários

Sociologicamente, a palavra minoria refere-se a uma inferioridade numérica. Por exemplo, em um grupo de 5 (cinco) canetas, 2 (dois) lápis se referem a uma minoria. Especificando-se apenas quantidade, é fácil distinguir numericamente o que é maioria e o que é minoria, porém, tratando-se de pessoas, que possuem valores, pensamentos e direitos, a quantidade numérica é irrelevante, pois muitas vezes um determinado grupo pode ser numericamente superior, porém, pode ser excluído de decisões políticas, não ter acesso a certas oportunidades e sofrerem preconceito e discriminação.

De forma singela, minorias são grupos que são considerados inferiores em relação ao restante da sociedade, e que, além disso, sofrem algum tipo de discriminação. Nesse diapasão, Ester Kosovski (2001) preconiza sobre as minorias definindo-as como sendo pessoas que de alguma maneira são objeto de preconceito social e/ou não têm respeitado os seus direitos de cidadania. Ainda no entendimento da autora, essas pessoas precisam de proteção, mas precisam ter

reconhecidos os seus direitos da mesma maneira que suas obrigações.

Tendo em vista que não há uma definição pacífica sobre o efetivo significado de minorias, a Organização das Nações Unidas através da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e a Proteção das Minorias, trouxe o entendimento de Francesco Capotorti:

Um grupo numericamente inferior ao resto da população de um Estado, em posição não dominante, cujos membros – sendo nacionais desse Estado – possuem características étnicas, religiosas ou linguísticas diferentes das do resto da população e demonstre, pelo menos de maneira implícita, um sentido de solidariedade, dirigido à preservação de sua cultura, de suas tradições, religião ou língua. (*apud* WUCHER, 2000, p. 78).

A Universidade Federal do Rio de Janeiro criou o Grupo Interdisciplinar de Estudo da Vitimologia, destinado a debates e esclarecimentos sobre as minorias no Brasil, incluindo negros, incapacitados e demais grupos que sofrem preconceito e discriminação, fazendo-os se sentirem inferiores ao restante da sociedade. O referido grupo concluiu que no Brasil existe muita desigualdade social e econômica, e por essa razão, não há justiça social no país, e se não há justiça social, a probabilidade de que não haja minorias é muito pequena.

Há em todo mundo, nos países e nações, grupos distintos e com características diversas, porém, têm algo em comum: todos devem respeitar as diferenças, rumo à igualdade social. Embora ainda exista atualmente muita discriminação e preconceito, o Estado deve exercer o seu papel de apoiar as minorias, fazendo valer o direito individual de cada pessoa, para que ninguém viva com menos do que mereça ou com menos daquilo que estabelece e garante a lei.

2. Percepção constitucional

Ainda em seu preâmbulo, a atual Carta Magna de 1988 instituiu o Estado Democrático de Direito, destinado a assegurar os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social, demonstrando o legislador desde já a sua preocupação com as diferenças existentes na sociedade e com a discriminação sofrida por grupos minoritários.

Os direitos fundamentais constituem a base da Constituição Federal de 1988 e encontram-se vinculados em grande parte de seus textos constitucionais, garantindo o direito a vida, a igualdade, a liberdade, bem como, a dignidade da pessoa humana. São um conjunto de direitos e garantias ao ser humano, sendo a finalidade primordial o respeito, com proteção do Estado que garante as condições mínimas de vida e de desenvolvimento, e garantir o direito das minorias é uma das funções básicas do Estado Democrático de Direito.

Preliminarmente, o artigo 3º da Constituição Federal aborda quais são os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, quais sejam a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BONAVIDES, 2011)

No mesmo sentido, o artigo 5º do mesmo dispositivo legal assegura que todos os indivíduos, fazendo parte ou não de uma minoria, sejam iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Dentre as formas de defesa das minorias na descrita Constituição Federal de 1988, ressalta-se ainda a proteção da mulher no mercado de trabalho, licença maternidade, proteção à crianças e adolescentes, portadores de doenças mentais e idosos, reserva de vagas para deficientes físicos no serviço público, entre outras medidas. Em razão disso, preconiza Carmem Lúcia Antunes Rocha:

[...] a Constituição Federal desiguala para realizar o princípio da igualdade, ou para efetivar a igualação jurídica para sobrepor à desigualação física, social econômica um padrão que assegure, eficazmente, a dignidade humana como princípio maior do Direito Constitucional Contemporâneo. (1996, p. 293)

Embora a CF/88 aborde em alguns de seus dispositivos legais, normas protetivas à algumas minorias, vulneráveis ou não, não significa que esses são os únicos grupos que merecem atenção especial ante a sociedade brasileira. Ao contrário disso, seu objetivo primordial é a aplicação justa do princípio da igualdade jurídica, princípio basilar do sistema constitucional, que não é um dever social negativo, mas sim um proteção estatal positiva.

3. Princípios reguladores

Para início se faz necessária uma análise do conceito de princípios. Na atual Constituição Federal de 1988 o legislador atribuiu aos princípios constitucionais um significado distinto, no sentido de dizer que são as diretrizes de um sistema, a chave do sistema normativo. (BONAVIDES, 2011)

Os princípios constitucionais são conceitos basilares, que propagam termos gerais aplicáveis pelas normas, com a função de comandar todo o ordenamento jurídico brasileiro, sendo também sínteses que levam a interpretação e aplicação do Direito, que leva a uma coerência e consistência ao sistema normativo. (MOREIRA, 2005)

Esses princípios assumem um caráter muito importante, tanto por serem básicos para uma melhor compreensão do Direito na realidade social, quanto para nortear a forma de tratamento a ser dado às minorias. Princípios como o da igualdade e da dignidade da pessoa humana, são necessários para negar ou justificar as demandas de grupos minoritários, uma vez que o conflito é a característica inerente à noção de minoria.

Analisando argumentações em decisões nos casos envolvendo minorias, tem-se que essas revelam como os princípios constitucionais são empregados para a interpretação das normas no Estado Democrático de Direito. Essa interpretação é que determina a materialização ou não do princípio democrático, na seara judicial, diante das lides em que, necessariamente, outros princípios constitucionais serão o cerne das discussões. (MARTINS; MITUZANI, 2011)

O princípio que trata da dignidade da pessoa humana é um dos mais importantes direitos constitucionais, e o seu valor deve ser observado em seu caráter absoluto. Assim, não há nenhum outro princípio ou norma jurídica que a sobreponha.

A dignidade da pessoa humana resulta do fato que o ser humano é racional, e desta forma ele tem a capacidade de viver com autonomia e de seguir as leis. O homem não tem um preço, mas sim dignidade, “já é marcado pela sua própria natureza, como fim em si mesmo, não sendo algo que pode servir de meio, o que limita, conseqüentemente, o seu livre arbítrio.” (CARVALHO, 2004, p. 355)

O princípio sob comento como valor moral é o mínimo indispensável dos

valores que anseiam o respeito pela sociedade, devendo o ser humano ser protegido pelo Direito e suas normas, como forma e providência do reconhecimento da condição de ser humano e da essência de cada um.

Focando nesse ínterim, a importância do conceito é no sentido da busca e idealização da Justiça na vida cotidiana, principalmente para aqueles grupos minoritários que sofrem discriminação e deveras são excluídos da sociedade, para aqueles que ainda necessitam de atenção especial do Estado. As normas existem para amparar as minorias, mas os princípios é que norteiam para que estas sejam realmente efetivas.

Os grupos minoritários, como a minoria indígena, que não têm lei específica que proteja os seus direitos, apoiam-se na argumentação nascida em princípios constitucionais, sendo um deles o princípio da igualdade, que quando é aplicado ao direito das minorias, no seu sentido material, o seu sentido formal alcança uma pariformidade real buscada pelo Direito. (MARTINS; MITUZANI, 2011)

O princípio e/ou direito da igualdade, não é servível apenas para tratar os iguais de forma igual e desiguais de forma desigual na medida de suas desigualdades, além disso, deve extinguir as desigualdades existentes na sociedade, colocando limites e condições para que essas desigualdades sejam perceptíveis e solucionadas, sem que isto abra uma fenda legal maior e uma desigualação ainda mais injusta. (ROCHA, 1990)

Dentre inúmeros dispositivos constitucionais, o princípio da igualdade vem estampado no artigo 5º, caput, da CF/88, e da mesma maneira, também é notável que o princípio da igualdade fora previsto em várias oportunidades no mesmo dispositivo legal, isso porque há duas dimensões da igualdade: a igualdade perante a lei, denominada de igualdade formal; e a igualdade na lei, chamada de igualdade material. (SARMENTO, 2006)

A igualdade formal não é insuficiente quando a lei, ainda que aplicada de forma uniforme a todos, traz consigo a discriminação, pode ser insuficiente para proporcionar dignidade a todos os indivíduos. A igualdade de direitos, não é suficiente para que as minorias sociais tenham as mesmas oportunidades que as pessoas privilegiadas socialmente.

Assim, para que haja isonomia social e para que o princípio da igualdade

seja realmente efetivo, é necessário adotar a igualdade material, que considera as desigualdades concretas presentes na sociedade, na qual trata de forma dessemelhante as situações desiguais.

Assim, “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. (SANTOS, 2003, p. 56)

4. Vulnerabilidade

A vulnerabilidade está relacionada com a situação das pessoas que estão submetidas à discriminação, preconceito e desigualdade social. Vulneráveis são aqueles que fazem parte de grupos de pessoas que têm seus direitos violados mais facilmente.

Numericamente, os grupos vulneráveis formam uma grande quota na sociedade, porém são grupos vulneráveis quando relacionados ao poder, e a exemplo disso temos as crianças, idosos, mulheres e portadores de deficiência. Além disso, esses grupos muitas vezes não têm a noção de que estão sendo vitimados de discriminação ou que seus direitos estão sendo violados, e ainda, muitos não sabem nem mesmo quais são os seus direitos. (SÉGUIN, 2002)

Com o fito de que esses grupos denominados vulneráveis sejam incluídos socialmente, é necessário que hajam mudanças sociais. A sociedade precisa ter a capacidade de perceber que precisa atender as necessidades de seus membros, e para isso precisa ser modificada. (SASSAKI, 2003)

Destarte, a inclusão social é um procedimento a ser desenvolvido visando modificar o ambiente social, sendo o objetivo primordial a participação de toda e qualquer pessoa, não só para que o preconceito e discriminação sejam abolidos, mas também para que os indivíduos vulneráveis participem ativamente na sociedade.

5. Grupos abrangentes

Identificada a noção de minoria que se relaciona, portanto, muito além da ideia somente de inferioridade numérica, resta enfrentar outro desafio, que é o de análise dos direitos desses grupos minoritários, que preconizam a proteção ao

princípio da igualdade. (MENEZES JÚNIOR; SILVA, 2014)

Em muito se discute no Brasil, principalmente através da mídia e redes sociais, sobre projetos para a proteção das minorias que sofrem discriminações, tais como os deficientes, homossexuais, idosos que muitas vezes são maltratados, mulheres - que embora sejam uma maioria são ainda vulneráveis, crianças e adolescentes, índios, minorias religiosas, dependentes químicos, pessoas que não conseguem emprego e são excluídas porque são diferentes por causa de sua orientação sexual ou por terem já passado pela cadeia, dentre outros.

No caso de pessoas com deficiência no Brasil, por um longo período houve um silêncio político e não era dado nenhum amparo legal a essas pessoas, e assim, a proteção aos direitos dos portadores de necessidades especiais existiam apenas na esfera do assistencialismo e dos cuidados familiares. (FIGUEIRA, 2008)

Com a promulgação da Carta de Princípios Brasileiros de 1988, esse grupo minoritário passou a ter um amparo maior por parte do Estado, sendo este o maior responsável em garantir a igualdade às pessoas com deficiência.

Quanto aos homossexuais, o Supremo Tribunal Federal, no exercício de 2011, reconheceu a união estável entre casais da mesma orientação sexual, mas ainda assim, esse grupo é uma minoria que sofre preconceito e discriminação diariamente. O Estado, como guardião majoritário da proteção a todo e qualquer ser humano, vem modificando a legislação brasileira para resguardar o direito de igualdade dessa minoria, porém, grande parte da sociedade é muito resistente no sentido aceitar que independente da sexualidade, esse grupo é igual a qualquer outro.

A Lei nº 10.741, DE 1º de outubro de 2003, instituiu o Estatuto do Idoso, como medida protetiva às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos e sanções severas aos que desrespeitarem ou abandonarem os cidadãos idosos, porém, ainda são discriminados socialmente e dentro da família. Normalmente as pessoas não gostam de ouvi-los, não têm paciência e acham que qualquer coisa ou pessoa é mais interessante.

Muitos idosos têm força e energia, razão pela qual querem trabalhar e serem produtivos para parecem mais jovens, isso porque querem ser aceitos e respeita-

dos pela sociedade. A discriminação com as pessoas idosas é uma triste realidade; ser jovem parece ser uma regra na sociedade brasileira. (KOSOVSKI, 2001)

Ao tratar-se de minorias, muitas pessoas ficam surpreendidas quando as mulheres são referência de um grupo minoritário. Apesar da história mundial ser marcada pelas mulheres sendo vítimas de preconceito e discriminação, hoje elas são maioria no mundo. Na verdade, esse grupo pode até ser a maioria dentro de uma população, porém, no aspecto de poder, ainda é um grupo minoritário/vulnerável que precisam de proteção do Estado. Um dos dispositivos legais criados para conferir um tratamento diferenciado às mulheres, foi a Lei nº. 11.340/2006, denominada lei Maria da Penha, com intuito principal de erradicar a violência contra a mulher, partindo do pressuposto que essa categoria necessita de proteção.

Crianças e adolescentes são também considerados uma minoria social, pois precisam ser representadas por alguém, não tendo autonomia suficiente para buscarem e lutarem por seus direitos. Além disso, a desigualdade social é muito grande, e por esse motivo, em muitos casos, acabam sofrendo discriminação e violência.

Dentre inúmeros grupos de minorias, há também a minoria indígena, onde o Estado muitas vezes não oferece, mas exige tolerância dessa categoria. Há muita resistência dos índios quando da busca por Justiça Social, pois normalmente os interesses econômicos de grupos mais fortes prevalecem sobre as minorias.

Há no Brasil muitas tribos indígenas e também leis que protegem a sua cultura, porém, ainda é difícil controlar a ação de empresas e pessoas contra os índios nas florestas brasileiras. Muitos se preocupam apenas com o meio ambiente e esquecem que há culturas infiltradas nele. (KOSOVSKI, 2001)

Além das minorias supra mencionadas, há várias outras minorias em desvantagem no Brasil com características distintas entre si, porém com uma semelhança: possuem uma vontade incessante de alcançarem um ideal de justiça social, um anseio em ver medidas políticas realmente efetivas e úteis para inclusão de seus membros na sociedade com deveres e direitos iguais aos de todos os demais indivíduos.

6. Proteção de Direito Difuso e Coletivo

Para solução da desigualdade social, econômica e cultural, conforme já fora mencionado as minorias esperam uma atuação do Estado capaz de proporcionar aos seus membros uma vida em sociedade baseada na isonomia. Com o propósito de que o Direito seja de fato igual para todos, é necessário que haja intervenção estatal, por meio de leis, para que interesses particulares não sobreponham os interesses coletivos.

Existe uma dimensão subjetiva quando da distinção de direitos e interesses, sendo estes classificados em direito difuso e/ou coletivo.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 129, III, está disposto que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, porém, constitucionalmente não está prevista a definição. É o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90 – CDC) que define legalmente o significado, no artigo 81, I e II.

O direito difuso refere-se ao direito indivisível, na qual não se verifica quem é o autor. Dessa forma, o júbilo e contento de um indivíduo é o júbilo e contento de todos, como por exemplo a segurança pública e o meio ambiente. Ainda que seja possível vislumbrar numericamente os titulares do direito difuso, há uma relação igual para todos. Segundo Hugo Nigro Mazzilli (2006, p.50), “são como um feixe ou conjunto de interesses individuais, de objeto indivisível, compartilhadas por pessoas indetermináveis, que se encontram unidas por circunstâncias de fato concretas.”

Quanto ao direito coletivo, trata-se também de um direito de natureza indivisível, na qual pessoas relacionadas juridicamente formam grupos e categorias. Nesse caso, há um interesse de toda uma coletividade.

Para defender esse interesse e os direitos individuais e/ou coletivos, de toda uma sociedade e suas minorias, existe o poder estatal que atua através da Administração Pública e muitas associações que protegem interesses sociais, e ainda, conforme previsão legal na atual Carta Magna, o Ministério Público, que atua como guardião da sociedade de forma preventiva e repressiva.

Considerações Finais

Os múltiplos olhares identificados após a narrativa descritiva produzida por este artigo científico, muito colaborará a afirmação do texto constitucional de 1988 sendo este meio afirmativo destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade justa, fraterna, pluralista e sem preconceitos.

O trato especificado no estudo servirá a qualquer grupo minoritário, seja ele vulnerário, abrindo leque a inúmeras discussões em arenas, cenários e arcabouços jurídicos, servido de objeto a articulação de futuros produtos jurídicos científicos, que muito bem podem fomentar e intensificar o protecionismo das minorias, tão desprovidas de atenção no cenário brasileiro.

Recebido em julho 2015.

Aprovado em dezembro de 2015.

Referências

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.

_____. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**. 10. Ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

KOSOVSKI, Ester. **Minorias e Discriminação**. In: SÉGUIN, Élide (coord.). *Direito das Minorias*. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

_____. **Minorias e Discriminação**. Dezembro, 2000. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/pdf/revistavirtual.PDF>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

MARTINS, A. C. M.; MITUZANI, L. **Direito das Minorias Interpretado**: o compromisso democrático do direito brasileiro. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/direito_das_minorias_interpretado.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2015.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 19. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

MENEZES JÚNIOR, Eumar Evangelista de; SILVA, Priscilla Santana. O direito das minorias, os limites constitucionais e as ações afirmativas *Revista*

do Ministério Público do Estado de Goiás, Goiânia, ano XVII, n. 28, p. 179-196, jul./dez. 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2006.

MOREIRA, João Batista Gomes. **Direito Administrativo: da rigidez autoritária à flexibilidade democrática**. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

ROCHA, Camem Lúcia Antunes Rocha. **Ação afirmativa**. O conteúdo democrático do princípio da igualdade jurídica. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176462/000512670.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **O Princípio Constitucional da Igualdade**. Belo Horizonte: Lê, 1990.

SANTOS, Boaventura de Souza, **A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SARMENTO, Daniel. **Livres e iguais: estudos de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SÉGUIN, Elida. **Minorias e grupos vulneráveis: uma abordagem jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

WUCHER, Gabi. **Minorias: proteção internacional em prol da democracia**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

A **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** é uma publicação semestral do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Campus Dois Irmãos. Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas. Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins.

Serão aceitos para a publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na Revista **Cadernos Ciências Sociais da UFRPE**, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo sistema *Double Blind Review*, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em nenhuma fase do processo de avaliação e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** devem ser originais, não tendo sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve (m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome **completo, vínculo institucional, vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, endereço postal e eletrônico**. Neste arquivo pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).

Os artigos serão avaliados pelo sistema *Peer Review* – Revisão por pares.

Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista. Os autores que tiverem seus artigos publicados receberão 2 (dois) exemplares do número da Revista.

O envio do artigo a Revista **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE** implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

- a. título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezesete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;
- b. resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 15 (quinze) linhas, fonte 12, espaçamento simples;
- c. palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) – Conforme **Norma 6028** da ABNT;
- d. *abstract* (tradução do resumo para a língua inglesa) ;
- e. *keywords*;
- f. introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;
- g. referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.

Os trabalhos devem ser encaminhados exclusivamente para o e-mail:

cadernosdecienciassociaisufrpe@yahoo.com.br

Editor da Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE.

Professor Dr. Tarcísio Augusto Alves da Silva